



N. 9-59

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA  
da Seção de Geografia e História do EME

## SUMÁRIO DA SEÇÃO

### I — DOCTRINA :

"Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba" (continuação do número anterior) — 3. "A Geopolítica da América do Sul". — JOHN E KIEFFER, Ten-Cel. (Trad. p. A. de A. Lima).

### II — ESTUDOS E ENSAIOS :

"Problemas Estratégicos da África e em particular da África do Norte" (conclusão do número anterior) — 2. "A África do Norte" — CARLOS DE MEIRA MATTOS, Ten-Cel.

### III — PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA :

"O Brasil e a Defesa do Ocidente" (continuação do número anterior) — 3. "O Ocidente Ameaçado" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel.

### IV — FRONTEIRAS :

BRASIL — BOLÍVIA  
"O Acôrdo de Roboré" (3ª Parte) — OCTAVIO TOSTA, Maj.

### V — ARTIGO ESTRANGEIRO :

"Como Devemos Estudar Geopolítica"?... por "GEOPOLÍTICO"  
(Trad. p. Heitor Ferreira, Ten).

### VI — O LIVRO DO MÊS

"A Geografia na Política Externa" — Ten-Cel Jayme Ribeiro da Graça (Edição da Biblioteca do Exército) — comentário por GERALDO MAGARINOS, Ten-Cel.



A **BIBLIOTECA DO EXÉRCITO** já publicou as seguintes obras sobre **GEOPOLÍTICA**:

- 1) **GEOPOLÍTICA DO BRASIL** — 1947 — Brigadeiro Lísias Rodrigues (Esgt).
- 2) **A GEOGRAFIA NA POLÍTICA EXTERNA** — 1951 — Ten-Cel Jaime Ribeiro da Graça.
- 3) **PROBLEMAS DO BRASIL** — 1952 — Cel Adalardo Fialho.
- 4) **GEOPOLÍTICA GERAL E DO BRASIL** — 1952 — Everardo Backheuser.
- 5) **FRONTEIRA EM MARCHA** — 1956 — Renato de Mendonça.
- 6) **ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO BRASIL** — 1957 — Ten-Cel Golbery do Couto e Silva.

As declarações expressas nos artigos da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA** são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não implicam no endosso oficial às opiniões ali contidas.

A matéria divulgada na **SEÇÃO** pode ser reproduzida em livros, jornais ou revistas, exceto quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e, no caso de artigos assinados, deve ser referido sempre o nome do autor.

Solicitamos dois exemplares da publicação que transcrever matéria da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA**. A correspondência deve ser endereçada ao Major Octavio Tosta — “A Defesa Nacional” — Ministério da Guerra — Rio de Janeiro, Brasil.



# I — DOUTRINA

## PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E BASE DA GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL E CUBA

Tenente-Coronel JOHN E. KIEFFER — U.S. ARMY.  
(Traduzido do "Boletim del Ejército" (Cuba) de  
julho-agosto de 1954, por A. DE A. LIMA) (\*).

(Continuação do número anterior)

### 3 — A GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL

O Hemisfério Ocidental forma, de acordo com a opinião de muitos geopolíticos, uma entidade geográfica e política singular. Embora não tenha as dimensões da triade *Afroeurásia*, sua possibilidade de alcançar o grau de auto-suficiência econômica, que os primeiros geopolíticos chamaram *Autarquia*, é infinitamente maior que a da posição idêntica que têm neste caso os demais aglomerados terrestres de maiores dimensões.

Essa possibilidade, no entender da Escola da Geopolítica Nazista de Munique, constituía uma provocação, uma ameaça, contra a qual seria preciso lutar. A preocupação que tinha de que outra nação, ou um conjunto delas combinando seus esforços conseguisse uma situação de auto-suficiência econômica local, tornou-se a Haushofer e aos geopolíticos nazistas que se achavam obsecados pela idéia de que cabia fatalmente aos alemães a direção do mundo. No momento atual, já a norma de ação ou de proceder que empreendera o Instituto de Geopolítica de Munique, anteriormente à segunda guerra mundial, só teria valor histórico se não fôsse o fato de seus substitutos na jogada, e movimentos conjugados para a conquista do mundo, terem aproveitado muito as lições sobre o que constituía a estratégia dos geopolíticos nazistas em seus delineamentos, propósitos e intenções. No nosso próprio interesse, e na defesa de nossa área, vale a pena recordar cuidadosamente a análise que Haushofer e seus colaboradores fizeram com relação ao Hemisfério Ocidental, e muito especialmente com referência à América do Sul.

Em seu início, a Escola de Munique, dominada pela doutrina de guante de ferro, considerava que nas relações com toda a América Latina havia um grave inconveniente. As alianças entre partes com privilégios de igualdade de participação, ou qualquer acordo de caráter regional fôsse defensivo ou de interesse econômico, que não estivessem

(\*) O presente artigo foi transcrito da "Revista Marítima Brasileira" de Nov-Dez 54 — Também foi publicado na "Revista Militar" (Bolívia), ns. 213-214 de 55, 215-216 de 55 e 219-220 de 56.



sujeitos ao domínio exclusivo de uma grande potência, achavam-se, segundo as teorias daquela escola, destinados ao fracasso. Era, entretanto, possível que os Estados Unidos e os países da América Latina entrassem em ajustes para alianças de respeito e auxílio mútuos, sem que os Estados Unidos acabassem exercendo função ditatorial, mas uma tal consideração era desdenhada pelos geopolíticos alemães em seus raciocínios. Por terem sido eles próprios os aperfeiçoadores da técnica do Eixo, a opinião que tinham sobre as relações entre nações não admitia, de forma alguma ou critério, qualquer domínio ou direção estranha ao poder nazista. Acreditavam, portanto, que qualquer acôrdo que se fizesse entre os Estados Unidos e a América Latina teria como resultado final uma ditadura absoluta, completa dos Estados Unidos sobre as repúblicas menores que ficam ao Sul. Tal domínio, na opinião deles, elevaria a América do Norte a uma tal posição de preeminência mundial que faria dela um poder virtualmente inexpugnável, um obstáculo invencível, atravessado no caminho dos nacional-socialistas, espalhados pela estrada da dominação mundial. Com a idéia de impedir que tal acontecesse, eles conceberam um plano muito amplo por meio do qual toda a América Latina seria afastada de toda e qualquer aliança com os Estados Unidos, para que se consumasse a penetração nazista e se apossasse consequentemente seu predomínio. O que existe escrito sobre a Geopolítica nazista contém poucas referências relativas à América Latina, mas são aliás suficientes para manifestarem o plano em seus traços gerais.

Criou-se o Instituto Ibero-Americano alemão, em Madri, encarregado de estudar cuidadosamente as zonas fracas na vida cultural dos povos latino-americanos. Os pontos de partida para o ataque cultural achavam-se nos locais onde existiam grandes núcleos de população européia e indiana, mescladas. Desenvolver-se-ia nesses centros, durante a terceira década do século, uma propaganda destinada ao fomento de antagonismos raciais com o intuito de produzir a cisão. Ao mesmo tempo, os ataques políticos desencadeados contra os Estados Unidos insistiram em apresentá-los como uma parte da pressão imperialista, que só aguardava o momento oportuno para cingir os tentáculos em torno dos vizinhos menores — propaganda mais corrente, mas à qual ninguém dava ouvidos as mais das vezes.

No terreno da penetração econômica foram alcançados maiores lucros. Os capitais italiano e alemão invadiram naquela época a vida industrial da América do Sul, de modo especial nos meios de transporte, particularmente nas linhas de navegação, geralmente com bons resultados em grau muito alarmante. Os nazistas, convencidos de que os vastos recursos do continente meridional não poderiam ser explorados sem meios adequados de transporte, não perderam tempo em suas tentativas para se garantirem uma posição forte em sua ação.

Conhecendo bastante a perfeita afinidade que existe entre os Estados Unidos e a América Latina, o Eixo tratou de firmar as raízes da doutrina militar nazista, concedendo facilidades aos oficiais dos exércitos dos principais países para aperfeiçoarem a instrução nas escolas militares da Alemanha e da Itália. Muitos países receberam missões alemãs e italianas, mas não se deixaram seduzir pelas novas teorias.

No terreno político propriamente dito, a doutrina nazista converteu-se na arma principal, conseguindo progredir nas regiões onde o governo, a educação pública e o nível de vida não prosperavam satisfatoriamente. De acôrdo com o modo de pensar dos nazistas, o fato da América do Sul achar-se repartida pelos países que a constituem, era uma situação que os beneficiava e prejudicava simultaneamente em seus desígnios. Beneficiava-os sob o ponto de vista da doutrina de *dividir para dominar*, porque quanto menores fossem os países tanto mais fácil seria a posse deles; prejudicava porque a diversidade constituía uma



dispersão nas operações para dominar. Para remediar esses inconvenientes os nazistas formularam o plano por meio do qual, caso a América do Sul fosse subjugada, os países seriam distribuídos entre cinco grandes estados que ficariam oportunamente subordinados ao domínio alemão, sob a denominação de Estados Unidos. Cuba, digamos de passagem, seria outorgada ao México, que abrangeria mais todo o território da América Central. Dessa forma, uma vez entronizado o poderio alemão, passariam a existir apenas cinco estados constituídos, a saber: — Brasil, Argentina, Bolívia, México e Chile. Os restantes agregaram-se aos cinco estados referidos e perderiam a identidade nacional.

As diferentes etapas para a consecução de tão fantásticas e grosseiras ambições ajustavam-se à fórmula famosa do geopolítico Banze, mediante a qual se alcançaria a capitulação de um estado, e que se resume nos quatro itens seguintes, que foram mais tarde aplicados com resultados pingues e satisfatórios em outras áreas:

(1) Dirigir a propaganda contra os elementos mais fracos da estrutura social e política dos países escolhidos para vítimas, com a intenção de penetrar nêles e produzir-lhes a derrocada;

(2) Indicar ou criar agrupamentos encarregados de causar descontentamento, conferindo-lhes missões para agravarem o já existente ou criarem novos contra o poder público, ou contra o sistema político, ou ocasionarem distúrbios internos;

(3) Fazer surgir dirigentes corruptores de opiniões ou das massas, comprá-los ou seduzi-los com enganadoras promessas de poder, rodeando-os contudo de conselheiros cuidadosamente selecionados para orientá-los pelo caminho pretendido;

(4) Usar delinquentes e fanáticos, infiltrando-se nas organizações trabalhistas e grupos sociais, para provocarem a desordem interna e produzirem o esbanjamento da economia e a dissolução do governo que fosse escolhido para tais intentos.

O programa não pôde ser concluído devido a um grande número de causas, e terem os Estados entrado na guerra quando menos os nazistas esperavam. Já havia, ainda mais, um século inteiro de tradição política orientada no sentido de um tipo de sociedade muito diferente da que a doutrina nazista pretendia implantar, o que é importantíssimo. Fracassou antes de mais nada em consequência dos progressos políticos e sociais que a América Latina realizou durante o século, e que estabeleceu uma maneira de pensar que se afastava completamente dos objetivos dos nazistas, seguindo no rumo da liberdade, inteiramente oposto ao da Escola de Munique.

A política e o programa do Partido Comunista não diferem materialmente das idéias que orientavam Haushofer e seus colaboradores. A técnica da corrosão, da infiltração, da penetração, da atração psicológica e da corrupção política era quase a mesma, muito embora o objetivo fosse um tanto diferente. Os esforços dos comunistas tendem para o objetivo da aquisição de bases onde possam ser atacados e subjugados todos os países latino-americanos e os Estados Unidos. É essa a ameaça que nos aguarda. Os nazistas, porém, pretendiam fazer a divisão do Hemisfério para impedirem que os Estados Unidos ganhassem o predomínio que eles imaginavam existir. Perguntaremos agora: Por que a América do Sul é apresentada como um prêmio tão grande e tão cobiçado, ou como objetivo de conquista, pelos que desejam ser conquistadores do mundo? Não há mistério em tal afã para a maioria dos geopolíticos, que expõem as causas com bastante clareza.

Há muitos anos que o continente sul-americano vem sendo considerado o continente do futuro, e suas riquezas e recursos naturais têm



constituído um farto tema de considerações, cálculo e estímulos para as explorações durante os últimos séculos. Ele transparece hoje mais importante que anteriormente, e é mais que provável que, nos próximos dez ou vinte anos, esta parte meridional do duplo continente apresente-se com mais acentuada expressão no panorama mundial, graças à ação de uma ou duas potências de primeira grandeza.

As nações elevam-se geralmente mais por força das circunstâncias e dos acontecimentos felizes da política mundial do que pela decisão de planos de realização demorada. Dentro destas reflexões, as nações da América do Sul sentirão que, na crise atual do mundo, apresentar-se-ão muitas oportunidades favoráveis para que elas tenham um desenvolvimento rápido. É preciso contudo que o desempenho do governo nacional, mediante o senso de previsão de seus dirigentes, saiba tirar partido das ocasiões que se apresentarem, pois que a oportunidade de alcançar o engrandecimento está ao dispor de todos e só depende da habilidade de distingui-la a tempo. Em resumo: enquanto outras nações tiverem necessidade de aguardar as reviravoltas e incertezas da sorte da política mundial, as da América do Sul podem hoje mesmo, por esforço próprio, encarregar-se de importantes funções na direção do mundo.

Se examinarmos apenas geograficamente a América Latina, veremos que esta região do mundo apresenta-se dividida entre dois imensos triângulos e uma enfiada de ilhas. O triângulo maior forma o continente sul-americano, toscamente delimitado pelo cabo de São Roque, o cabo Hornos e a Punta de Galinas. O primeiro deles aponta para a África, que está a uma distância de 1.700 milhas. O segundo estende-se para o Sul, para o continente Antártico, que fica a 600 milhas, e o terceiro dista 1.000 milhas da Flórida, que está ao noroeste. Os lados mais longos do triângulo dão respectivamente para as duas maiores rotas do comércio, e o mais curto junta-se ao lado pequeno do triângulo da América Central.

A América Central é também representada por um triângulo cujo lado maior cai sobre a fronteira dos Estados Unidos. Cercados pelos triângulos e a fiada de ilhas, encontram-se o golfo do México e o mar das Antilhas, ou seja, conforme o linguajar dos geopolíticos, os Mediterrâneos das Américas.

Se compararmos as regiões essenciais do Hemisfério Ocidental, isto é, a Anglo América e a Latino América, observaremos que a última delas, prolongada para o Sul, tem apenas meio milhão de milhas quadradas a mais que a primeira, situada ao norte. Com referência à população, a América Latina conta desde 1950 com maior número de habitantes que os Estados Unidos, mas não excede o total demográfico da Anglo-América, embora exista naquela região o material de recuperação.

Grande parte do território da América Latina acha-se em territórios que prosperam lentamente, têm demorado progresso político e pouco desenvolvimento industrial devido ao clima. Com respeito a tais fatores, o homem possui pouca faculdade de variá-los. A despeito disso, o potencial progresso é grande e, nas áreas situadas dentro e fora das regiões intertropicais, têm sido alcançados grandes avanços.

Por herança racial, pelo clima, pela História, pela geografia e a colonização realizada sem um plano preconcebido, originou-se a fundação de vinte nações, e não as cinco que os homens do Instituto de Geopolítica de Munique fantasiaram em suas imaginações. Isso, porém não deve constituir um impedimento para galgar-se a condição de potência mundial por qualquer estado que esteja dentro desses territórios, embora o caso constitua um escolho a mais que deva ser vencido.



Limitar-nos-emos a analisar nesta conferência as regiões puramente continentais da América do Sul, e na próxima, que será a final, trataremos da região antilhana.

Antes de mais nada, vemos que, embora o continente sul-americano fique a menor distância do Velho Mundo que os Estados Unidos, e que sua cultura básica e suas características étnicas sejam também a de seus avoengos pelo lado histórico, político e econômico, seu futuro está entretanto mais vinculado ao seu vizinho setentrional. Esta realidade manifestou-se desde os dias em que se notaram naquelas paragens os primeiros sintomas revolucionários, e ainda mais acentuada sua orientação para o Norte em questões de cultura.

Tal gravitação mais para o Norte do que para Leste, não é, de modo algum extraordinária, se refletirmos sobre as circunstâncias. Muitos dos estados congregaram-se segundo os princípios enunciados na Doutrina de Monroe, e, nos primeiros tempos da independência, o comércio com o Norte era mais seguro e mais próspero do que com o Velho Mundo. Com o decorrer do tempo e visto ter melhorado a estabilidade política nos Estados Unidos, e também porque se prolongasse o estado de guerra na Europa, o comércio manteve-se mais intenso nas vias de comunicação do Norte e do Sul e foi entrelaçando uma trama econômica mais forte. E ainda hoje, embora a América Meridional encare muito para Leste, mais lança seu olhar para os rumos do Norte e mais se orienta por eles.

Apesar da América do Sul ser uma das regiões mais providas da Terra, a Natureza não se mostrou generosa por igual ao estender a todos sua mão generosa sobre esta zona de paradoxos. Vemos, por exemplo, que o Brasil tem representação comercial nos mercados do mundo para toda espécie de minerais importantes, ao passo que outros países da mesma região limitam-se a subsistir apenas com um produto de exportação, a título de regime nacional de economia. A mesma Natureza tem contribuído para que certas fontes de riquezas nacionais permaneçam sem exploração ou estacionárias, por serem muitas as dificuldades, ou muito alto o custo do trabalho de extração de seus produtos. Esse caso se remediaria, se fosse possível avançar em outra ordem de atividade.

Não há nação que se possa engrandecer rapidamente se os capitais que lhe forem necessários tenham que ser buscados fora de suas fronteiras. É devido a isso que, em alguns estados sul-americanos, fazem-se grandes esforços para levantar empréstimos em quantidade adequada dentro do próprio país. A entrada constante de capitais estrangeiros nos países da América Meridional, que procuram preparar um sistema econômico forte e bem sólido, não trás o remédio final para a maior parte das nações que procuram constituir um sistema econômico forte e bem sólido. Urge para isso que, sem exageros possíveis, eles tenham uma base de capital. A inversão dos capitais dos Estados Unidos atinge somente a pouco mais de seis milhões de pesos. Outrora, porém, era manifesta a tendência de considerar-se a inversão de capital estrangeiro como uma espécie de instituição permanente. Agora, porém, a opinião geral é de parecer que tal idéia deve ser abolida porque, embora os capitais estrangeiros possam ser empregados eficientemente como paliativo ou providência temporária, são os fundos nacionais e os orçamentos, que devem servir de argamassa para a instituição da vida econômica.

A maior parte de tais fundos nacionais tem que ser levantada mediante a reinversão nacional, ou por empréstimos internos. Para chegar-se ao fim desta jornada, não é fácil fazer-se finca-pé no sentido de manter-se uma política sólida tanto de ordem fiscal, como do critério nacional e dos que, por fim, conduzem à manutenção da confiança do povo em sua política monetária. Diante disso, não precisamos advertir



que se torna imprescindível a direção criteriosa dos negócios públicos, e a devida utilização da riqueza nacional. Os benefícios e utilidades da riqueza nacional eram outrora encaminhados completamente para os vultuosos saldos dos investimentos estrangeiros, e não ficavam com a mão que os preparava.

Um tal critério tem sido bem compreendido e aplicado em muitas repúblicas sul-americanas, e podemos apreciar que em tal sentido e direção marcham o Brasil, Chile, Colômbia, Argentina, Uruguai e Venezuela, onde procuram corrigir as condições alentando e estimulando o desenvolvimento e a inversão dos capitais nacionais. Trata-se de produzir o predomínio do capital nacional, embora, em benefício do progresso da economia internacional, atraíam também capitais estrangeiros para certas inversões.

Tudo isso só se conseguirá por meio da retificação de certas condições políticas e econômicas, sendo que a mais importante delas consiste na industrialização e diversificação. Não há nação alguma em nossos dias que tenha progredido apenas à custa da exportação de matérias-primas, e da importação da maior parte dos artigos preparados que ela consome. É uma verdade que a estabilidade econômica caminha de braços dados com a estabilidade política. Uma não marcha, se a outra não existir ou esgotar-se. Para alcançarmos os benefícios de uma delas é mister o esforço em favor da diversificação econômica. Quando a riqueza nacional depende de um só produto de exportação comercial, a vida econômica passa a ter alternativas de época das vacas gordas e das vacas magras, em vez de manter-se firme no caminho ascensional do progresso.

Para que se desenvolva uma indústria forte e capaz de competir é preciso estimular-se em toda a América do Sul um nível de vida mais elevado. A industrialização não pode ser empreendida, se não trouxer benefício para a economia nacional, independentemente de qualquer outra consideração. Para que a economia nacional mantenha-se equilibrada é preciso que se contrabalancem a produção agrícola e a produção industrial numa economia mista.

A industrialização exige a facilidade dos transportes, o que requer com insistência primordial a direção competente e a reinversão dos lucros na riqueza nacional, no interesse da própria nação. É um cometimento que se não pode realizar apenas por um grupo de pessoas; nele está empenhada a responsabilidade de toda a nação. O senso da responsabilidade global do país em benefício comum, exige educação para todos, e, enquanto isso não fôr alcançado, os resultados obtidos serão lentos e de passos muito retardados.

Uma das dificuldades mais graves, onde tropeça a indústria na América Meridional, encontra-se na carência de combustível natural, mal esse padecido por muitas repúblicas. Poder-se-ia aliás suprir a falta por meio de força hidrelétrica, mas isso exige grandes inversões de capital. É mister também ajudar-se com o carvão e o petróleo, mas, como na maior parte das Repúblicas não existem jazidas, é preciso formular-se o problema em função do intercâmbio comercial com as que possuem tais combustíveis naturais. Em resumo, a industrialização na América do Sul deixa de ser uma empresa individual ou nacional para ser considerada, em benefício geral, como um problema continental em que todos deverão trabalhar em cooperação.

Caimos assim num círculo vicioso, porque é difícil determinar-se onde começa e onde acaba o problema, ou é intrincado precisar-se em que parte da questão, ou em que resolução encaixa-se o próprio problema.



A industrialização, a diversificação, o melhoramento dos transportes, o progresso no método da educação e o emprêgo apropriado da riqueza nacional são todos fatores da estabilidade política e econômica que, por seu turno, ajuda a avolumar-se a grandeza da nação. Tudo isso solicita uma direção dos negócios públicos dedicada ao bem comum, e o desejo do povo para seguir avante, desinteressadamente, para a consecução de tão elevadas finalidades.

Talvez esses problemas, que acometem a América Latina por toda parte e com uma tremenda complexidade, é a posição estratégica do continente, tenham feito compreender aos ambiciosos de conquista o valor da região, e alimentar a tentação de conquistá-la. É precisamente essa debilidade que as forças da Alemanha nazista e da Rússia Soviética quiseram aproveitar para se dilatarem, durante seus anseios de engrandecimento imperialista. O valor estratégico e as possíveis consequências da fraqueza são precisamente os móveis dos desmedidos zelos e tentações.

Por mais poderosos que sejam os Estados Unidos, com toda a força de sua ubiquação nos negócios mundiais, com sua posição sob o ponto de vista geográfico, político e econômico, o que está acima de qualquer contestação, descobrem-se certos fracos que restringem gravemente seus meios de defesa. Não é possível, de fato, que vivamos isolados no mundo moderno, pois temos necessidades de certas matérias-primas imprescindíveis que nos fazem falta e se não beneficiam ou extraem do nosso solo ou, se existem não se apresentam em quantidade suficiente.

Os Estados Unidos são obrigados a importar certas matérias estratégicas, em tempo de guerra, como sejam o antimônio, cromo, manganês, mercúrio, mica, níquel, quartzo, tungstênio, estanho e borracha, para terem uma boa margem de reserva, no caso de ser necessário fazermos um esforço permanente na defesa. Com relação a este caso, a América do Sul oferece-nos a fonte provável onde possamos procurar aqueles recursos tão necessários.

Por tal motivo, não há necessidade de insistirmos em assinalar a importância vital que, para o Mundo Livre e os Estados Unidos, representam os recursos naturais da América do Sul. O embaixador especial dos Estados Unidos, Sr. Milton Eisenhower, disse o seguinte em seu relatório ao Presidente: "Os aparelhos industriais e militares que os Estados Unidos fabricam para auxiliarem a defesa do Mundo Livre, incluindo nêle as Repúblicas da América, exige que cheguem continuamente da América Latina, e em grande variedade, os materiais estratégicos que suprem as indústrias". Essas declarações, ditas com tanta clareza, têm uma imensa consequência dinâmica.

Se alguma potência conseguisse barrar aos Estados Unidos o acesso a todas as regiões da América do Sul, comprometer-se-ia de maneira gravíssima a possibilidade de levarmos a término nossa própria defesa. Não há necessidade de dizermos que se um estado resolvesse destruir a uma potência de primeira ordem teria que começar pelo aniquilamento de sua faculdade (da potência que se apresentasse como adversária) de manter-se em guerra. E um dos passos decisivos nesse sentido seria o da destruição das fontes do material estratégico.

A América do Sul, devido aos seus vastos recursos, aliás ainda intactos, representa o grande manancial das forças da democracia, não só dos Estados Unidos, mas do Mundo Livre em geral. Esse fato, excluindo os demais, bastaria para mostrar o valor estratégico destacadíssimo que possui este continente. É desnecessário declarar que materiais tão valiosos não poderão ser adquiridos por quantias quase incommensuráveis e graças a ingentes esforços que ultrapassam os humanos, mas quando uma nação defende sua própria vida e nada se calcula em função do dólar, as fontes de material estratégico da Amé-



rica Meridional inclinam decisivamente o fiel da balança para o lado da vitória.

Apreciemos mais outros aspectos de caráter estratégico que se relacionam com a América Latina. As Antilhas, que serão tratadas posteriormente por nós e com mais detalhes, formam a linha principal sobre a qual se concebeu a defesa naval dos Estados Unidos, fundada numa esquadra para dois Oceanos. Tal idéia de defesa parte do canal do Panamá. Nas ilhas e no continente sul-americano encontram-se os portos e os locais onde se poderão instalar bases aéreas e navais, para dar-se maior segurança à travessia para o Velho Mundo e para encurtar as rotas para a África. A massa continental do Sul, em uma palavra, é uma faixa de defesas meridionais que zela contra um ataque ao conhecido Arsenal da Democracia. Precisamos não esquecer o critério que supõe que qualquer inimigo dos Estados Unidos possa melhor levantar o vôo de seus aviões de bombardeio da América do Sul do que fazer partir a mesma força da maior parte das bases que possuir na Europa. Quanto a esse caso extremo, o Mundo Livre que tanto depende do poder industrial dos Estados Unidos para suprir-se de armas, também fica bastante subordinado à América do Sul, que poderá defender materialmente contra um ataque a este Arsenal da Democracia.

Não se deve desprezar a importância militar das forças armadas, relativamente pequenas da América Meridional. Em caso de guerra, se não existirem tais forças, muitas das fontes essenciais de caráter estratégico cairão em poder do inimigo. As grandes potências, empenhadas em luta titânica nas demais frentes, serão obrigadas a contar ou depender, para a defesa e salvaguarda de um flanco vital do Mundo Livre, do aparelhamento militar da América do Sul. Se não existir um tal aparelhamento, sua falta virá talvez acarretar graves consequências decisivas num conflito.

A América do Sul talvez possa fazer muito mais com sua amizade do que trazendo materiais estratégicos. Poderá guardar as linhas de comunicações e pontos de embarque; conceder, como fez já no passado, local para bases importantes de aviação, e navais; poderá finalmente, de acordo com o que já fizeram o Brasil, México e a Colômbia, contribuir para a luta direta com forças adestradas na moderna Arte Militar. No momento atual, quando os exércitos e os esforços de guerra contam-se por cifras elevadíssimas, a mais insignificante população da América Latina é de um valor inestimável.

No rápido desenvolvimento do potencial da indústria da América do Sul, que é bastante alentador, talvez encontremos o apoio importante de índole militar desta parte do mundo a favor do Mundo Livre. Citaremos novamente o Sr. Milton Eisenhower nas suas seguintes palavras: "Acreditamos que, num futuro relativamente próximo, algumas nações da América Latina cheguem a ser aliados poderosos graças aos progressos que têm alcançado, e dessa forma robustecer-se-á de forma significativa a capacidade do Mundo Livre para manter a segurança coletiva.

Se compararmos esses fatores com a fraqueza geopolítica da região, todos os valores citados perderão a significação. Já assinalamos que se poderá causar um dano grandíssimo ao núcleo mais recôndito e mais forte da resistência que a Democracia opõe ao comunismo, se os comunistas conseguirem pisar firmemente na América Latina. Caso se fundasse um estado comunista neste rincão, sua presença seria grandemente perturbadora a todas as nações do Hemisfério Ocidental. Por isso, a aquisição de um tal ponto de apoio figura entre os propósitos magistrais dos planos comunistas.

Existem circunstâncias que parecem favorecer a criação de uma potência marxista, embora não vinguem realmente suas doutrinas políticas.



Em qualquer local onde o progresso político tem nível baixo, inadequados os métodos educativos, e atrasado o modo de viver com dificuldade para defender o sustento do povo, desesperado, poderá deixar-se arrastar e submeter-se ao domínio desta ideologia enganadora imaginando que poderá melhorar de situação. É possível que, sob a rigidez da ditadura comunista, consigam-se progressos de industrialização, de diversificação e de transporte, mas será isso à custa da liberdade e do progresso do povo. A cobertura das deficiências nas zonas mais débeis não pode de modo algum ser dada ao inimigo, ou aos praticantes de uma filosofia política onde não existem os princípios de liberdade que os primeiros patriotas da América do Sul estabeleceram para padrão de vida para seus descendentes.

Trabalham diligentemente em toda a América do Sul os ativos fermentos sociais. Seus homens mais proeminentes reconhecem que a pobreza, a falta de cultura e outros males sociais assinalam e demarcam as regiões onde existem tais imperfeições, e as que se apresentam noutros ramos da atividade humana. Não ignoram também a celeridade ou retardamento com que se faz o progresso. Mas há elementos do povo que se impacientam, que anseiam por progressos e benefícios sem mais demora ou tardança, sem compreenderem que há progressos e benefícios que exigem tempo para serem executados. Enquanto isso acontece, porém, e em conjugado com tais pretensões imperiosas, que o nacionalismo não cessa de crescer — o nacionalismo que é merecedor de aplausos, porque é o legítimo orgulho pelo que tem sido conseguido, e que serve de verdadeiro alento para que se melhorem, imediatamente e com ação intensiva, as condições gerais de vida.

Ao seu lado, entretanto, há tropeços. O nacionalismo desenfreado pode transformar-se em ultranacionalismo, em nacionalismo cego ou patológico, obcecado, que põe de lado os grandes benefícios do futuro pelas vantagens momentâneas ou de valor diminuto, que são obtidas imediatamente, sem que se considerem os lucros no futuro, embora alcançados a prazo longo. O ultranacionalismo está sendo explorado pelos agitadores comunistas em toda parte do mundo para a destruição do progresso real. Há muitas pessoas que se deixam seduzir por seus argumentos sutis, e chefes políticos que, embora não estejam de modo algum de acordo com os propósitos finais do comunismo, admitem que ele lhes dê apoio e aceitam sua cooperação temporária em busca de vantagens eleitorais. O perigo e a destruição residem justamente nessa colaboração porque, uma vez dado o nó da amarração, não será possível desfazê-lo por nenhum meio pacífico.

Faltará a alegria de viver, se fôr fechado o ambiente da liberdade. Vós, que viveis em Cuba, nação para onde converge o olhar do mundo inteiro por considerá-la figurando entre as que se encontram na vanguarda, como possuidora de um pensamento progressista, liberal e democrático, vós sabeis por que preço se paga a liberdade, mas conheceis também que não há custo excessivo, quando se trata da liberdade de uma nação. Que o vosso exemplo sirva de alento aos vossos vizinhos!

A luva do desafio foi arremessada aos pés da América do Sul... É preciso que todos se mantenham livres e conhecedores das riquezas que estão guardadas nas entranhas deste rincão do mundo. As nações que aceitarem o desafio combatendo pelo bem-estar de todos, com o olhar fixo na liberdade e contra o prejuízo e a ignorância, serão as que irão ocupar posto proeminente no mundo, resistindo ao ímpeto demolidor das forças do mal. Todo o Mundo Livre estimula essa ação salvadora do Continente do Futuro no interesse coletivo.

(Conclusão no próximo número)



"O Brasil, pela sua estrutura etnológica, se tivesse aceito o delírio europeu de nacionalidades e de raças, seria o país mais desunido, menos pacífico e mais intranquilo do mundo. Nêle ainda são nitidamente reconhecíveis, já nas ruas, as diversas raças e sub-raças, de que é constituída a sua população. Aqui vivem os descendentes dos portugueses que conquistaram e colonizaram o Brasil, aqui vive a descendência aborígine dos que habitam o interior do país desde épocas imemoráveis, aqui vivem milhões provindos dos negros que nos tempos da escravidão foram trazidos da África, e milhões de estrangeiros, portugueses, italianos, alemães e até japoneses. Segundo o modo de pensar europeu, seria de esperar que cada um desses grupos assumisse atitude hostil contra os outros, os que haviam chegado primeiro contra os que chegaram mais tarde, os brancos contra os negros, os brasileiros contra os europeus, os de côr branca, parda ou vermelha, contra os da raça amarela, e que as maiorias e as minorias em luta constante pelos seus direitos e prerrogativas se hostilizassem. Com a maior admiração verifica-se que tôdas essas raças, que já pela côr evidentemente se distinguem umas das outras, vivem em perfeito acôrdo entre si e, apesar de sua origem diferente, porfiam apenas no empenho de anular as diversidades de outrora, a fim de o mais depressa e o mais completamente se tornarem brasileiros, constituindo nação nova e homogênea".

(Stefan Zweig — "BRASIL PAÍS DO FUTURO").



### INSTANTANÉ BRÉSILIEN

"Le Brésil est incontestablement le "grand" pays de l'Amérique du sud, par sa superficie (17 fois celle de la France), sa population (60 millions d'habitants), ses ressources, connues et probables. Il le sera encore plus quand, dans une vingtaine d'années, sa population atteindra 100 millions d'habitants. Il est donc appelé à jouer un rôle de plus en plus important dans la politique mondiale".

(Transcrito da Revue Militaire Générale de Nov/58).



## II — ESTUDOS E ENSAIOS

### PROBLEMAS ESTRATÉGICOS DA ÁFRICA E EM PARTICULAR DA ÁFRICA DO NORTE

Tenente-Coronel CARLOS DE MEIRA MATTOS

*(Conclusão do número anterior)*

#### 2. A AFRICA DO NORTE

a) A África do Norte, ou o Maghareb Berbérico, formado pelos territórios de Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia e o pequeno território internacionalizado de Tanger, é, das regiões do chamado Continente Negro, a mais vinculada, histórica e culturalmente à Europa e particularmente à Península Ibérica.

A Tunísia, é herdeira do Império Mercantil Cartaginês, a inimiga fidalgal de Roma que enviou várias expedições invasoras à Europa mediterrânea comandadas por Amilcar, Asdrúbal e Aníbal, é a Cartago das Guerras Púnicas.

O Marrocos, que alguém já chamou de "país do Ocidente habitado por orientais" tão vinculado geograficamente, se encontra com a Europa, da qual está separado pelo estreito Gibraltar, de apenas 16 km de largura, é um antigo Império governado por sultões que, por 700 anos estenderam seu poder político pela Península Ibérica.

A Argélia e Líbia, áreas intermediárias, sem a mesma tradição de governo próprio das duas anteriores, ocupadas ora por uns ora por outros, territórios geopoliticamente de resultantes centrífugas, buscando apoio e destinação histórica na integração aos seus vizinhos (a Líbia, ora ao Egito ora à Tunísia; a Argélia, ora à Tunísia ora a Marrocos).

Tânger, que o conflito de ambições das grandes potências impôs, como solução pacificadora, a internacionalização.

Não vimos aqui, pois o tempo nos persegue, rever batalhas épicas de lusitanos contra os povos árabe-berbéricos que ocupavam o território do Marrocos — Alcazar, Ceuta e Quibir — no afã de "abrir a porta" que lhes haveria de franquear a exploração de todo o continente negro.

A África do Norte, no seu conjunto, constitui uma unidade religiosa, cultural, geográfica. Suas populações professam a fé islâmica, são culturalmente árabes, a raça predominante é uma mescla bérbere-árabe, sendo o bérbere considerado autóctone por prestigiosos etnólogos. Finalmente, do ponto de vista geográfico a Cordilheira do Atlas assegura a integração física do corpo territorial (do Marrocos, Tunísia e Argélia) sendo essa ação coordenadora completada pela influência unificadora da costa mediterrânea comum.

Vejamos um pouco da história da ocupação da África do Norte por franceses e espanhóis.



A Argélia foi conquistada pelos franceses aos turcos em 1830. O próprio nome Argélia foram os franceses que deram — antes era conhecida como Magherb Central, administrada pelo Sultão de Marrocos. Depois de passar por fases de administração colonial, foi transformada em Departamento da França em 1948. Todos os argelinos foram equipados a cidadãos franceses. Os franceses realizaram aí grandes esforços de imigração e econômico. Numa população de 9.000.000 de almas, 1.000.000 é de colonos franceses e seus descendentes brancos. Esboça-se aí, um movimento dos argelinos de sangue francês, vinculado à origem africana que, em alguns aspectos, se assemelha ao fenômeno dos "boers". A Argélia ostenta belas cidades e portos bem equipados: Argel, a Capital (600.000 habitantes), Oran (300.000 habitantes), Bone (110.000 habitantes), Philipeville (100.000 habitantes). O território argelino se prolonga até o Saara onde, recentemente, foram encontradas importantes jazidas petrolíferas.

O Marrocos esteve dividido em dois protetorados, francês e espanhol, desde 1906 (Conferência de Algeira). Houve lutas que duraram vários anos contra os franceses e espanhóis — (Abd-el-Krim). Em 1912 o Sultão Abd-el-Hafiz firmou com a França um tratado concordando com o regime de protetorado. Neste após-guerra ganhou crescente importância, no território marroquino, o movimento nacionalista liderado pelo partido Istiqlal, cuja tenacidade na luta resultou na liberdade do jugo estrangeiro de todos os territórios dos antigos protetorados franceses e espanhóis, hoje transformados em Reino, de 9.000.000 de habitantes, governado por Mohammed V.

A obra civilizadora francesa no Marrocos é digna de admiração de todos que por ali passam.

A Tunísia, herdeira de Cartago, foi transformada em protetorado francês em 1883. Este país teve importância destacada como teatro de operações militares contra os Exércitos de Von Rommel em retirada da Líbia, e como base para a invasão da Itália. No após-guerra, os ideais nacionalistas alimentados pelo partido de Neo Destur, criaram o clima para a independência que foi concedida em 1955, passando a Reino e agora a República. O mais destacado e prestigioso líder nacionalista da África do Norte é, inegavelmente, o atual Presidente da República da Tunísia, Sr. Habib Burguiba, espírito ocidentalista e, o que é mais importante, desejoso de encontrar um "modus vivendi" com a França. É dele o plano de uma federação franco-norte-africana, formada pelos Estados Soberanos da França, Argélia, Tunísia e Marrocos. Esta fórmula, simpática aos norte-americanos e ingleses, só não ganhou corpo devido à oposição dos franceses em reconhecer a soberania da Argélia.

b) *As dificuldades francesas na Argélia* — Uma guerra revolucionária há três anos irrompeu na Argélia, acompanhada de movimentos armados e surtos terroristas exigindo a independência do país.

Dirige esses movimentos a agremiação Frente de Libertação Nacional Argelina, apoiada e estimulada pelo governo de Cairo (que já havia apoiado, anteriormente, os movimentos de Istiqlal e Neo Destur). Sempre encontraram os revolucionários argelinos, ajuda e incentivo de seus vizinhos e irmãos do Marrocos e Tunísia.

O caso argelino transformou-se numa questão emocional para a Nação francesa. Não conseguiram os governos fracos do regime parlamentar falido, encontrar uma solução para esse conflito que há três anos absorve enormes verbas, exaurindo o Tesouro e obrigando o Governo de Paris a transferir para a Argélia a maioria do Exército Francês (cerca de 500.000 homens).







O clima de luta, ali, é o característico da guerra insurrecional, que um general francês definiu como — “guerra abstrata contra um inimigo invisível”; esse meio milhão de soldados franceses nunca conseguiu travar uma batalha, o inimigo, eminentemente “fiuido e fugaz”, jamais ofereceu um objetivo compensador; está em toda a parte e não está em parte alguma; é incansável, prefere a calada da noite, mata incessantemente, difunde terror na população civil; vigilante, não perde uma oportunidade, “um cochilo” dos franceses, para acutillar de surpresa e sumir na penumbra; incendeia, destrói pontes, mina estradas, interrompe ferrovias, rompe oleodutos, tudo sem aparecer. Mantém, há três anos, todo o aparato bélico do Exército Francês em segurança e defensiva sem nunca lhe dar chance para tomar a iniciativa. Já experimentaram as autoridades militares francesas, pois a Argélia está transformada numa praça de guerra, todos os processos de repressão. Chegaram à conclusão que se trata de um caso de *guerra psicológica*, mais do que de luta armada. No quadro de guerra psicológica já provaram tudo, desde a represália violenta contra populações indefesas acusadas de proteger ou ocultar revolucionários, até os abomináveis processos de tortura física dos acusados, lembrando os tempos inesquecíveis de Torquemada.

Depois de tudo isto, a guerra revolucionária continua, os rebeldes conservam a iniciativa, as medidas de represália se revelam falhas e ineficazes, a opinião da Metrópole se desespera, o clero francês protesta contra os processos de tortura, o parlamento entra em crise, os aliados da França pressionam, na ONU se levantam clamores, e os gabinetes não resistem à convergência de pressões e caem (já caíram seis gabinetes, por influência da crise argelina).

O caso da Argélia não permitiu que a França, até hoje, normalizasse suas relações com a Tunísia e Marrocos. O caso da Argélia exige da diplomacia francesa, esforços inauditos, e de seus aliados posições moralmente comprometedoras, anualmente, para evitar que seja levado à barra do Tribunal da ONU.

Há poucos dias, foi criado no Cairo, sob o patrocínio de Nasser, o governo da Argélia Livre, assumindo a sua chefia o líder revolucionário Ferhat Abbas. Ultimamente, os revoltosos argelinos, levaram a sua luta terrorista para o coração do continente francês.

A técnica de propaganda e o processo de sublevação aplicados na Argélia é do receituário revolucionário comunista. O seu teórico é Mao Tse Tung, o especialista de revoluções em países subdesenvolvidos.

São de Mao Tse Tung, o estrategista e o tático da Guerra Revolucionária, as *quatro frases-chave* desse tipo de guerra, em que pequenos grupos armados irregulares, apoiados pela simpatia, ou mesmo pela apatia da população civil, se levanta em luta contra exércitos regulares e poderosos:

- se o inimigo avança, nós retiramos;
- se o inimigo se entrincheira, nós o inquietamos;
- se o inimigo está esgotado, nós o atacamos;
- se o inimigo se retira, nós o perseguimos.

O mesmo Mao Tse Tung, no livro “La Stratégie de la Guerre Revolutionnaire en Chine”, assim explica o seu conceito de dez contra um:

— “nossa estratégia é “um contra dez”, enquanto nossa tática é “dez contra um”.

Nós derrotamos muitos homens com poucos efetivos; é o que dizemos aos detentores do poder inimigo (obrigando a mobilização de um exército para combater pequenos grupos de guerrilheiros).



Entretanto, nós batemos poucos homens com muitos; é o que dizemos às tropas inimigas no campo de batalha (atacando sempre de surpresa com superioridade de forças)."

Vejamos agora a sua estratégia dos "dois braços":

— Em nossa guerra, o povo armado e a "pequena guerra" de guerrilha, de um lado, e o Exército Vermelho como força principal, de outro, constituem os *dois braços* de um mesmo homem.

Um Exército Vermelho, força principal, sem apoio da população e da guerrilha, seria um guerreiro "maneta".

A este tipo insidioso de guerra revolucionária, ou guerra insurrecional, ou ainda, guerra de superfície, o Exército Francês procura responder com a guerra psicológica e a contraguerrilha. Até agora não conseguiu. Conseguiu-o, em parte, o general De Gaulle, com o seu prestígio pessoal. Deveras a presença de De Gaulle à frente do governo francês, transfigurou o quadro da derrocada colonial em iminência. O resultado do "referendum" de 27 de setembro último veio provar isso de sobejo. No caso especial da Argélia, apesar do trabalho intenso dos comunistas da Frente de Libertação Nacional Argelina e da máquina de propaganda do Cairo, pedindo ao povo argelino que se abstivesse de votar, a grande maioria do eleitorado compareceu às urnas e respondeu "sim" à consulta feita sobre a aceitação da Nova Constituição Francesa. A concorrência de 3.500.000 eleitores e os 3.100.000 "sim", valeu como um atestado eloquente de que o povo argelino, na sua maioria, resolveu dar um voto de confiança a De Gaulle.

Depois disto, no discurso de Constantine, o General ofereceu aos argelinos um plano de integração com a França, baseado na intensificação do desenvolvimento econômico, na melhoria do nível social da população, no completo nivelamento de direitos políticos entre argelinos e franceses.

No momento, sob o impacto da vitória de De Gaulle, houve uma trégua na Argélia. Por quanto tempo?

O francês, de um modo geral, não concorda com a independência da Argélia. Este tornou-se um caso passional. Para o francês só há duas soluções para o problema: integração ou federação. O Exército e os colonos franceses radicados na Argélia preferem a integração. A solução oferecida por De Gaulle é a integração. Os rebeldes da Frente de Libertação Nacional dizem que aceitariam a federação, mas, há na França presunção de que seja um jogo de má fé, pois exigem a completa soberania para depois decidirem "livremente" pela federação.

Por que a Argélia apaixonou o francês que a bem pouco tempo aceitou, sem maiores reações, o desmembramento de Marrocos e Tunísia?

Várias razões corroboram para isto.

a) A Argélia está anexada à França há 158 anos e nunca no passado constituiu uma unidade política autônoma, com personalidade própria; a Argélia, para o francês, é obra exclusiva da França, que lhe deu o nome.

b) Sua posição, face a face ao litoral sul da França, dando continuidade geográfica aos territórios sobre soberania francesa desde o Continente até os confins da África Equatorial e Ocidental, empresta-lhe uma importância geopolítica "sui-generis".

c) Suas riquezas minerais — ferro, fosfato, carvão, zinco, antimônio, chumbo — e seu petróleo do Saara, em início de exploração,



cujas reservas estão calculadas em 500 milhões de toneladas, transformaram a Argélia em complemento indispensável à posição da França entre grandes potências mundiais.

### 3. IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA ÁFRICA

Consideraremos a importância estratégica do continente africano sob dois prismas apenas — o da estratégia americana e o da estratégia nacional. No campo da estratégia continental a África vale, principalmente, por sua posição de base intermediária para ações militares entre a América e a Eurásia e por suas riquezas energéticas e minerais.

A conquista do Novo Continente por uma potência européia ou asiática impõe, como preliminar, a ocupação de bases na vertente atlântica da África. O exame desta "via de acesso" nos sugere que sua utilização contra o principal centro de poder político e militar das Américas, os Estados Unidos, obriga o invasor a uma parada num objetivo intermediário que deverá abarcar, obrigatoriamente, a região Nordeste do Brasil e poderá se estender pelo nosso Norte, às Guianas e à Venezuela.

Em contraposição, a atitude defensiva da América contra ações de conquista territorial partidas de potências européias ou asiáticas, exige a manutenção de uma posição de segurança na vertente atlântica do continente negro. Dentro desse mesmo conceito, se a defesa afastada da América do Norte está na vertente atlântica da África, sua defesa aproximada, já precária, obstaculizando-lhe a utilização do Canal do Panamá, peça importantíssima na manobra defensiva ianque, está na região compreendida pelo Nordeste e Norte brasileiro, Guianas e Venezuela.

No tocante ao potencial energético e mineral do continente africano, em fase de início de desenvolvimento, mas já ponderável, sua posse fortalecerá o poder militar da nação ou grupo de nações que puder utilizá-los.

Do ponto de vista da *estratégia nacional*, em decorrência do que dissemos acima, considerando que o Atlântico tem o seu "estreito" na chamada ponte estratégica *Natal-Dakar*, interessa de modo muito particular ao Brasil, ter a segurança de que a vertente atlântica da África esteja sempre em poder de mãos amigas. Convém lembrar aqui, que os mísseis de alcance médio (3.500 a 5.000 km) de bases instaladas no saliente do Senegal poderão, facilmente, atingir amplamente o saliente nordestino.

Ainda do ponto de vista da *estratégia política nacional*, é preciso termos presente que o continente negro se vem insinuando, de ano para ano, como um competidor do comércio exportador brasileiro, quicá latino-americano. O desenvolvimento da indústria extrativa e os progressos da agricultura ali, estão colocando esse continente em posição de nosso rival no comércio mundial, para o qual entra com produtos idênticos aos nossos e os pode oferecer a preços mais compensadores, pois, ali, a mão-de-obra é muito mais barata.

Basta um relance de olhos pelos produtos de exportação da África; café (8.000.000 de sacas no ano passado), cacau, algodão, tabaco, fumo, borracha, milho, trigo e bananas; no setor dos minérios: ferro, manganês, bauxita, etc., para se bem avaliar os crescentes prejuízos que este fenômeno do "despertar africano", poderá representar, em futuro próximo, às economias brasileiras e latino-americanas.

Nossa diplomacia deverá ter uma missão importante nessa segurança preventiva, acompanhando, principalmente, os movimentos polí-



ticos e o desenvolvimento econômico que ali se manifestam, tendo sua observação voltada, também, para os futuros vizinhos que aí se virão instalar.

Nossa histórica vinculação com Portugal não deve ser esquecida nesta hora de reajustamento de estratégia política e diplomacia, buscando, objetivamente, nos colocarmos em consonância com a realidade dinâmica da geopolítica moderna. Portugal mantém gloriosamente do outro lado do Atlântico, "vis a vis" conosco, territórios de cultura e língua semelhante às nossas. Isto é de um valor extraordinário, para nós que marchamos para um destino de grandeza política e que, para não sermos surpreendidos num futuro não muito remoto, precisamos aprender, desde já, a pensar na escala diplomática do "to think big".

Quanto a competição econômica, acreditamos que a criação do Mercado Comum Americano, será a verga mestra da solução destinada a conservar os mercados dos nossos produtos básicos de exportação.

Devemos, urgentemente, readaptar "as lentes de nossa visão geográfica", convencidos de que a ciência e a técnica já deram ao homem moderno meios de transporte rápidos e de longo alcance, capazes de superar as antes consideradas grandes distâncias, em tempo surpreendentemente curto; é preciso nos apercebermos deste fenômeno geográfico do "apequenamento" do mundo em consequência do que, o Atlântico Sul, hoje, é um "grande lago".

\*  
\* \*

## A COMUNIDADE AMERICANA

"A MANUTENÇÃO DO BLOCO de geografia, recursos naturais, potencial humano e capacidade cultural das 21 repúblicas americanas é uma necessidade política para todos os participantes.

É uma necessidade para os Estados Unidos em tempo de paz e muito mais ainda em tempo de guerra, não sendo menos essencial à manutenção da independência dos outros componentes.

Tomada simplesmente como soma de potencial e recursos humanos, a combinação é pelo menos respeitável quando comparada com as mais populosas nações do mundo. A população conjunta dos 20 Estados latino-americanos é provavelmente um pouco maior do que a dos Estados Unidos — uma estimativa razoável seria 171.000.000 contra 170.000.000. Em várias nações latino-americanas a população aumenta mais depressa do que a dos Estados Unidos. O total seria 341.000.000, contra uns 375.000.000 da Índia e talvez 480.000.000 da China. Naturalmente, a densidade de população é infinitamente menor. Se ao total forem acrescentados os 16.000.000 do Canadá, inevitavelmente ligado geográfica e historicamente ao bloco americano, a comparação torna-se clara: o mundo americano, se permanecer unido, não precisa temer a simples massa populacional dos maiores países asiáticos.

Em termos de recursos naturais, a independência é naturalmente mais marcante ainda. As repúblicas latino-americanas, sem os Estados Unidos, contribuíram com quase 10,7% do total das exportações mundiais em 1951 e absorveram 9,3% das importações. O comércio entre os Estados Unidos e a América Latina é mais ou menos comparável ao dos Estados Unidos com a Europa; só recentemente, com o melhoramento



da economia européia, foi que as relações com a Europa aumentaram um pouco. A América Latina é um dos melhores clientes dos Estados Unidos, se não o melhor, e um dos melhores fornecedores. A relação é recíproca.

Mas esse comércio não vigora numa base opcional. Os Estados Unidos podem produzir mais do que necessitam no setor alimentar e em muitos ramos industriais; mas para isso precisam receber certas matérias do estrangeiro. Já estamos sentindo a falta de minérios de ferro de alto teor, que normalmente importamos do vale do Orinoco, na Venezuela. Nunca tivemos manganês de alto teor em quantidade suficiente, necessário à produção siderúrgica; esperamos recebê-lo do Brasil. Está havendo no momento quase que uma escassez mundial de cobre; as necessidades suplementares dos Estados Unidos são atendidas principalmente pelo Chile, mas a produção peruana está crescendo. Podemos também utilizar mais chumbo, do qual existem depósitos na região montanhosa argentina. Um dos maiores depósitos de minério de ferro de alto grau existentes no mundo está no vale do Rio Doce, no Brasil, mas no momento apenas uma quantidade modesta é extraída, cuja maior parte vai para a Europa. Outro depósito está na Venezuela, e abastece as usinas siderúrgicas americanas do litoral leste. Os recursos petrolíferos dos Estados Unidos, não obstante a descoberta de novos campos, estão sendo suplementados por importações, das quais grande proporção vem da Venezuela. O único grande depósito de estanho do Novo Mundo está na Bolívia — e assim por diante.

Ordinariamente, em tempo de paz os Estados Unidos se abastecem substancialmente com os recursos latino-americanos, no setor dos minerais e de produtos tropicais, como o café. Em caso de perturbação das condições mundiais, as necessidades americanas seriam grandemente intensificadas. O Oriente Próximo, por exemplo, é uma região perigosa e perturbada; se ela fosse fechada por uma guerra, ou se a União Soviética a dominasse, ou se (como agora) ela fosse fechada por tumulto internacional, os abastecimentos latino-americanos de petróleo passariam a ser de necessidade absoluta não apenas para os Estados Unidos como também para seus amigos e associados na Europa Ocidental. Se a África fosse isolada da Europa, o cobre da América Latina passaria a ser essencial ao mundo ocidental. Se a Malaia fosse retirada do comércio mundial, o estanho da Bolívia e a borracha do Brasil passariam a ter importância primacial. Não há nada "de favor" no comércio interamericano. É uma necessidade para todos os interessados e será de necessidade vital em tempo de guerra.

A defesa da região — ou mais precisamente a sua fusão em uma comunidade operante capaz de defender-se — não é portanto um projeto filantrópico, mas assunto de interesse direto para qualquer estudioso das relações internacionais americanas. Porque os Estados Unidos teriam a maior dificuldade em se defender se o resto da região não participasse do esforço. Igualmente a América Latina provavelmente seria esfacelada se os Estados Unidos não fossem seus associados."

Adolf A. Berle, Jr. ("O Mundo Entre Ocidente e Oriente").



### III — PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA

#### O BRASIL E A DEFESA DO OCIDENTE

Cel GOLBERY DO COUTO E SILVA

(Continuação do número anterior)

##### 3. O Ocidente ameaçado

Após o duelo secular travado contra o Islam que, na explosão de um expansionismo aguerrido e fanático, cercara, como uma avalanche, o mundo todo do Ocidente, então confinado simplesmente à Europa, pelas duas alas extremas do grande lago mediterrâneo, contida primeiro a mourisma nos Pirineus pelo milagre de Poitiers e repelidos afinal, decisivamente, os turcos às portas de Viena graças ao heroísmo dos cavaleiros poloneses de João Sobiesky, o Ocidente que provara sucessivas derrotas nas investidas frontais das Cruzadas e já descobrira a magistral manobra envolvente pelo périplo da África, rumo à Índia e ao Oriente distante, pôde passar à ofensiva em todos os quadrantes do mundo.

O século XX ve-lo-ia, transbordante de energia e de confiança, a ocidentalizar o universo inteiro. Pelo domínio muitas vezes desumano e cruel ou pela criação de novas civilizações em remotas paragens desertas, mas, sobretudo, pelo poder de fascinação de sua cultura tão bem sucedida, o Ocidente irradiaria muito para além de sua área original, na confortável esperança de um destino plenamente realizado.

As culturas exóticas, mesmo as de longa tradição de vigorosa originalidade e de um rico passado milenar, impotentes, porém, ante a arremetida invencível do Ocidente, apoiada que vinha esta no poderio esmagador de uma tecnologia surpreendente, ambivalentes entre a desconfiança natural por valores estranhos, incompreendidos e incompreensíveis, e a admiração mimetizadora por uma tão notável capacidade de ação, impedidas de reagir pelo isolamento, como o Japão viria a aprender com a esquadra de Perry, não lhes restaria outro caminho: assimilar, o mais rapidamente possível, dessa civilização estranha, tudo o que lhes permitisse reagir, no prazo mais curto, contra a lenta asfixia, a dominação brutal, o deperecimento certo — principalmente, essa técnica portentosa e sem rival capaz de realizar prodígios, mas também vários complexos ideológicos que as fortalecessem na luta contra aquele mesmo Ocidente que entusiasticamente os pregava. Seria usar das próprias armas do agressor para melhor combatê-lo — estratégia superior conscientemente traçada ou, pelo menos, inconscientemente seguida. É que, por então, já o Ocidente começara a esquecer realmente os seus próprios ideais democráticos e cristãos, na ambição egoísta e cega de um expansionismo aventureiro que o levaria até à cisão no seu próprio seio entre vários grupos imperialistas, guerreando-se sem tréguas pelos despojos de um saque tão fabuloso assim. E, nessas lutas, chegariam uns e outros a recorrer ao concurso dos povos de outras culturas, impulsio-



nando-lhes, para isso, o progresso material, ensinando-lhes os segredos da própria técnica ocidental, instilando-lhes ideais e valores novos e armando-os até mesmo para a luta, como aliados ou como simples mercenários.

Tudo isso explica, sem dúvida, o êxito sempre crescente da ideologia nacionalista para além de todas as fronteiras de um Ocidente que já começara, em verdade, a descer dela, no esgotamento de intermináveis lutas fratricidas. E esse nacionalismo, redutivo no Japão, na China, na Índia, em todo o mundo asiático, na Oceânia e na África, por toda parte, represaria os avanços de um imperialismo colonial exaurido de forças e, afinal, po-lo-ia em retirada, envolvido que se encontrava este numa teia de tremendas contradições entre os seus mais puros ideais e princípios que não saberia renegar abertamente, e as atitudes e práticas abomináveis que adotara em suas relações com civilizações menos vigorosas ou mais atrasadas.

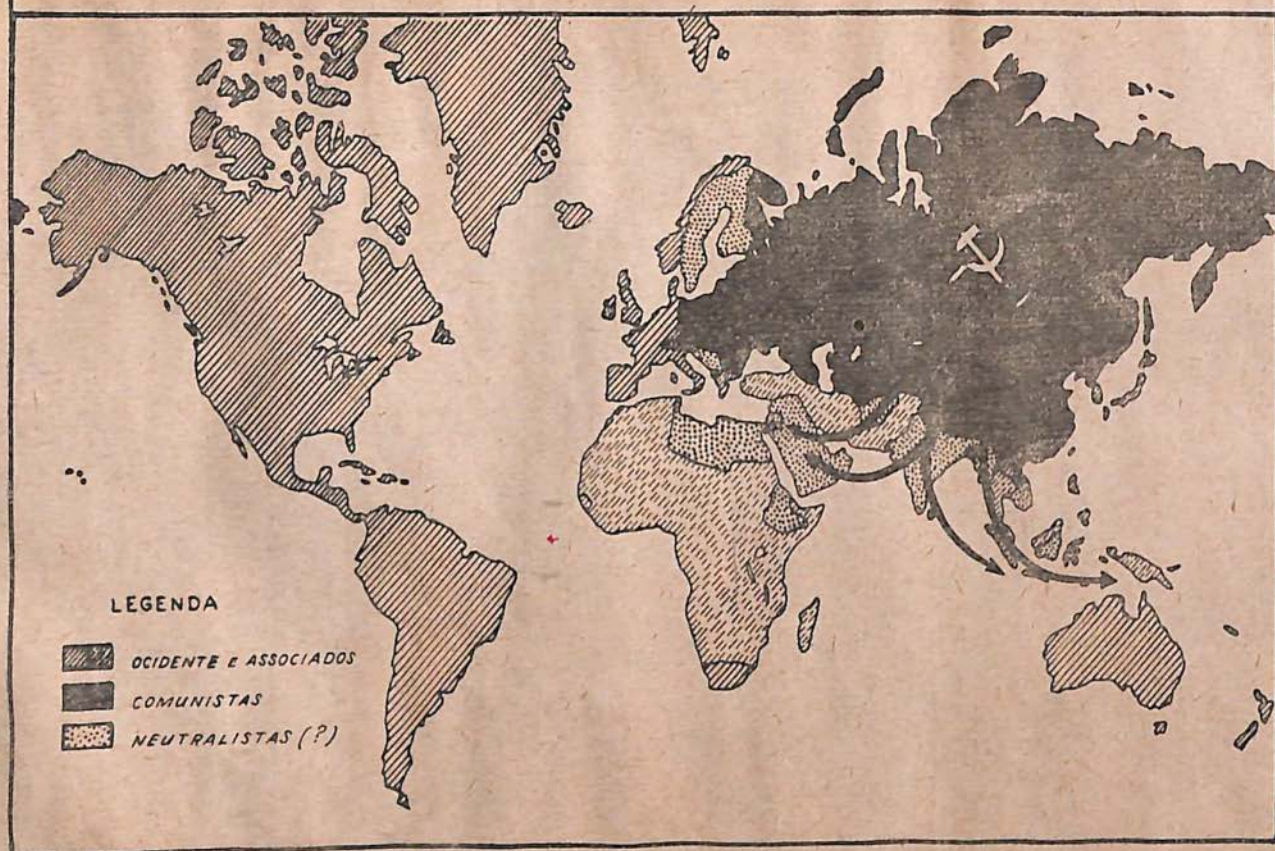
Por outro lado, na sua já assinalada variedade estimulante e profusa de valores, de ideais e de crenças, muitas delas contraditórias, paradoxais, inconformistas ou heréticas que a liberdade e a tolerância sempre permitiram em seu seio, o Ocidente ofereceria, desde logo, à escolha dessas outras civilizações, ávidas de compreender e de assimilar, mas cingidas aos padrões fundamentais, nunca de todo alienáveis por certo, de suas culturas autóctones, um arsenal de armas e de venenos ideológicos, verdadeiras toxinas já preparadas para emprêgo contra ele próprio e as suas próprias crenças, ideais e valores essenciais.

Nenhuma se demonstraria de eficiência maior do que esse filtro antidemocrático e anticristão que Marx e Engels haviam preparado, às vésperas das jornadas de 48, com os ingênuos e generosos ideais socialistas de Fourier e Saint-Simon, as teorias econômicas rudimentares de Ricardo e a sutil dialética hegeliana. E, desde que a Rússia de Lénine e Stalin e, agora, a China de Mao Tse Tung, distorcendo-a e adaptando-a à sua maneira e esteando-a fortemente num grau surpreendente de progresso tecnológico e científico acelerado, de um lado, num imenso potencial demográfico totalitariamente arregimentado, do outro, dela fizeram uma bandeira de contra-ofensiva sem quartel e a arma principal no combate ideológico contra o Ocidente, já de si abalado em suas próprias crenças fundamentais, vê-se este cercado de novo, na atualidade, por um mundo justamente ressentido quando não declaradamente hostil, tal como nem mesmo nos velhos tempos em que a Cristandade, mal desperta de seu prolongado sonho místico, se veria encurralada na defensiva em exíguo setor da península européia. (Ver esquemas).

Hoje, o Ocidente ganhou pé, mais ou menos sólidamente, em novos continentes vastíssimos, as Américas ambas e a Austrália, onde jovens rebentos de sua própria civilização germinaram e cresceram sob sua inspiração e amparo; e ainda mantém um controle quase indisputado em grande parte da África. Mas a Índia hesitante em seu neutralismo estranho, o Japão em franca recuperação mas recalçado ainda pelo amargor da derrota e tolhido na vital expansão de seu comércio, o Sudeste asiático e todo o arquipélago indonésico turbulentos e instáveis em seu miserável padrão de vida, o Oriente Médio intranquilo e já desperto para um futuro de grandeza que do Cairo lhe acenam, o restante da África setentrional revolucionada e convulsa, todas as áreas do mundo exterior, vasta esplanada que ainda separa o Ocidente do Oriente comunista, se oferecem como presas fáceis, incapazes por si sós de se defenderem com êxito contra um expansionismo imperialista, hábil e inescrupuloso na técnica das agressões disfarçadas, bem equipado, política e militarmente, para a tática difícil dos avanços e recuos, das negações e das provocações, das ameaças múltiplas renovadas ora aqui, ora acolá, das conquistas pedaço a pedaço, e superiormente treinado na estratégia, muito mais sutil, da guerra fria sem fim.



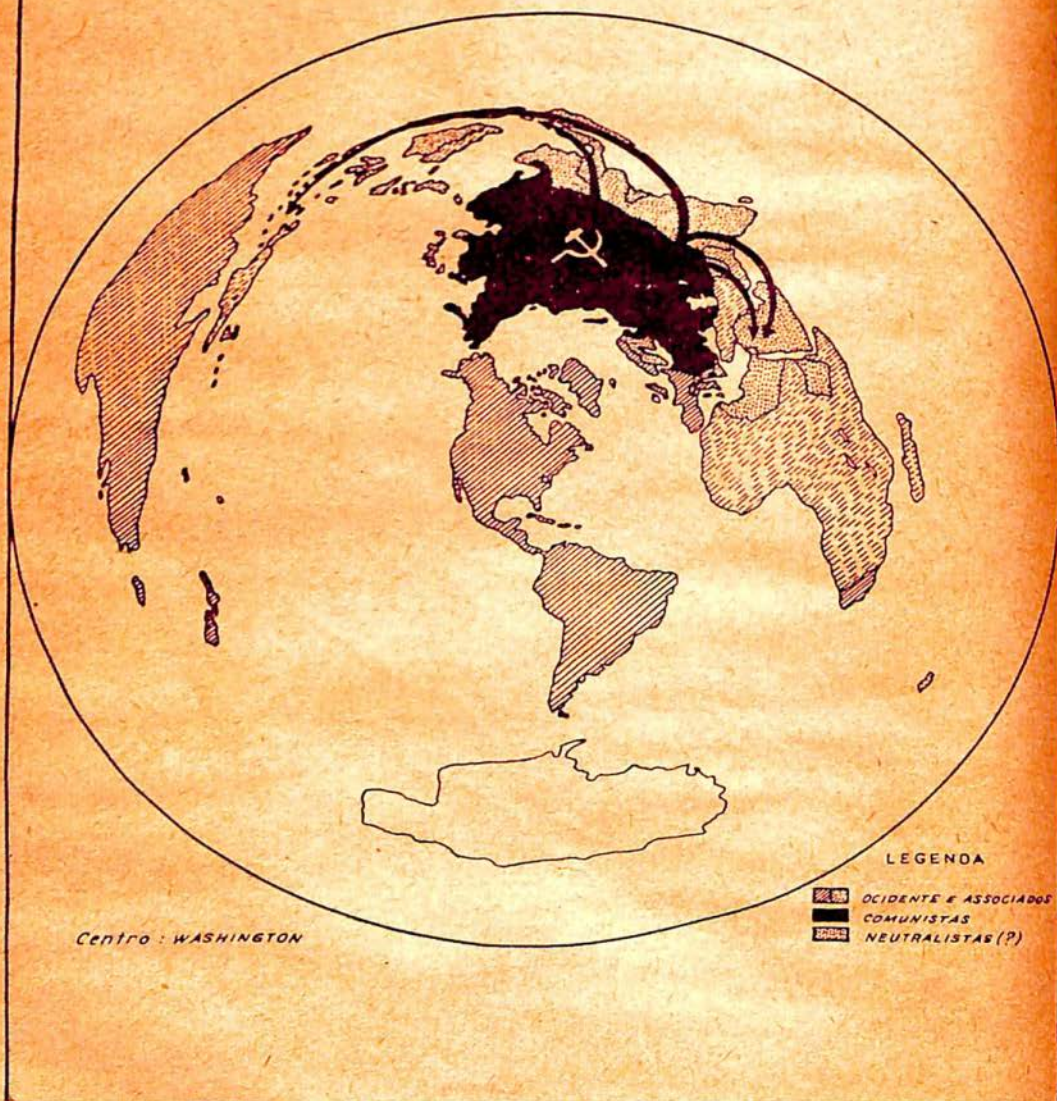
# ANTAGONISMO ENTRE O OCIDENTE E ORIENTE COMUNISTA



Esquema n. 1



## ANTAGONISMO ENTRE O OCIDENTE E ORIENTE COMUNISTA



Esquema n. 2





Esquema n. 3



Somente o Ocidente, ancorado nos seus dois grandes centros de poder da Europa e da América do Norte, está realmente em condições de se opor ao avanço comunista por infiltração ou pela avalanche, nessas regiões populosas e de enormes riquezas potenciais; e terá de fazê-lo, a despeito das desconfianças que sempre suscitarão quaisquer intervenções suas em virtude de um longo passado, não de todo olvidado, de detestáveis práticas colonialistas. Terá de fazê-lo, sobretudo, porque nisso estará envolvida, agora, a sua própria sobrevivência, muito mais do que simples interesses materiais ou questões de prestígio.

A arregimentação, sob controle do bloco comunista, das incontáveis massas asiáticas, além do poderio industrial do Japão e das variadas riquezas latentes de todo aquele continente, o domínio dos inigualáveis lençóis petrolíferos do Oriente Médio, tão essenciais à vida econômica da Europa Ocidental e, sobretudo, a conquista do Norte africano acabam tornando insustentáveis, de fato, as posições, já de si precárias, dos povos ocidentais que se defrontam, no reduto europeu, com as hostes aguerridas da URSS e de seus satélites. Daí à incorporação, passo a passo, de todo o continente africano não custará muito, se aproveitados habilmente os justos anseios de um nacionalismo, não obstante imaturo e temerário, e as legítimas reações contra uma discriminação racial, odiosa e desumana.

Que restará, então, ao Ocidente? A Austrália, pouco habitada, ainda não suficientemente desenvolvida, poderá resistir isolada nos confins do Pacífico, em meio àquele viveiro de humanidade de toda a Ásia e da Indonésia, disciplinados sob o comando comunista da China? E a América do Sul, com seu baixíssimo padrão de vida, suas seculares iniquidades sociais, sua instabilidade econômica crônica, não se oferecerá fácil à penetração de uma ideologia que sabe falar, demagógicamente, às massas desamparadas, sofredoras e incultas e cujo prestígio se irá acrecendo com os espetaculares êxitos alcançados? E a própria América do Norte, os EUA mesmos, como subsistirão num mundo quase inteiramente comunizado, sem mercados onde negociar, sem poder importar matérias-primas essenciais, sem meios de manter o padrão de vida elevado que faz hoje sua população tão invulnerável às prédicas das sereias comunistas?

Será esta, talvez, uma visão por demais pessimista e sombria das conseqüências que poderiam sobrevir de uma política de simples abstenção que o Ocidente, em má hora, adotasse nas regiões periféricas do mundo comunista de hoje. Mas, não a justifica, então, o objetivo de ampla dominação mundial, claramente declarado pelos líderes comunistas da Rússia, sempre que deixam de lado suas propostas tentadoras de uma coexistência pacífica em que não crêem e que tampouco desejam? a velha diretriz formulada por Lênine da conquista do Ocidente pelo caminho da Ásia? e até os planos mirabolantes de Pedro o Grande e Catarina II ou os sonhos místicos de Dostoiévsky sobre o destino ecumênico de Moscou, a terceira Roma?

Como quer que seja, dúvidas não poderá haver de que o Ocidente se acha ameaçado e ameaçado seriamente — não só na dilatada orla de contacto com o mundo comuno-soviético, mas nos seus próprios bastiões de defesa da Europa e da América do Norte, nas duas alas extremas da Austrália e da África e, até mesmo, na sua zona de retaguarda do continente americano do sul.

Tais ameaças são, entretanto, de ordens diversas, de gravidade e urgência distintas.

Examinemo-las de modo sucinto.

Em primeiro lugar, vem a guerra ou melhor dito, as guerras. A guerra geral, envolvendo praticamente o globo todo, guerra total e atômica, com o emprêgo indiscriminado das mais recentes e aperfeiçoadíssimas armas e engenhos de destruição em massa — os mísseis de al-



cance até intercontinental, as bombas atômicas e termonucleares, os mísseis anti-mísseis, as plataformas-satélites de um futuro não remoto e equipadas para ataques fulminantes — é, sem dúvida, a perspectiva mais trágica com que se depara a humanidade. Numa tal guerra apocalíptica, o "duelo atômico" entre os dois centros capitais de poder do Ocidente e do Oriente constituirá, possivelmente, um primeiro ato brutal em que levará vantagem, por certo, aquele que tomar a si a iniciativa do ataque e que ofereça, pela maior dispersão e proteção de seus núcleos vitais, menor número de alvos compensadores. Quanto à capacidade de desencadeá-lo, condicionada pelos estoques de bombas e pela disponibilidade de equipamento apto a lançá-las, ambos os principais contendores, até certo ponto, se equilibram. De fato, entramos, não há muito, numa fase de paridade atômica, havendo o monopólio da arma nuclear deixado já de constituir o decisivo "deterrent", supremo poder de intimidação que, por muitos anos, assegurou, como disse Churchill, a sobrevivência da Europa Ocidental, contendo a avalanche russa para lá da Cortina de Ferro. E o número de potências atômicas se acresce e aumentará cada vez mais...

De qualquer forma, porém, na atualidade, os estoques existentes de bombas, as Forças Aéreas Estratégicas em quase permanente estado de alerta, os mísseis de alcance variado, as bases de aviação e as plataformas de lançamento dispersas por todo o mundo, as Esquadras armadas de poderio atômico, os submarinos, nucleares ou não, capazes também de lançar os novos engenhos, os amplos sistemas de vigilância e alerta com base no radar estruturam, de um e do outro lado, amplo e eficaz dispositivo de ataque, de defesa e de retaliação maciça, pronto a ser acionado a qualquer momento e a desencadear a hecatombe terrível. Não parece, em verdade, que vulnerabilidade maior seja a do bloco comuno-soviético, apesar da posição envolvente de que se beneficia o Ocidente. Não só, para este, será muitíssimo mais difícil tomar a iniciativa de uma ofensiva estratégica atômica, devido ao impacto psicológico altamente desfavorável em todo o resto do mundo mais ou menos neutralista e oscilante, mas, sobretudo, pela situação extremamente vulnerável de suas concentradas posições na Europa e, em menor grau apenas, do próprio arsenal norte-americano, pela maior dificuldade, nos regimes democráticos, de controlar o derrotismo e o pânico, e, ainda, pelos indiscutíveis efeitos desmoralizantes de uma tal decisão numa sociedade educada nos princípios humanitários e superiores da nossa ética cristã. Assim, tudo leva a crer que o desencadeamento brutal de uma guerra atômica irrestrita só possa surgir por decisão fria e calculista dos senhores absolutos do Kremlin. Há mesmo quem julgue — e o conhecido especialista em assuntos soviéticos Dr. Raymond Garthoff assim pensa — que os comunistas apenas aguardam, para tanto, oportunidade conveniente, certos de que poderão resistir, muito melhor que os EUA, aos rudes golpes atômicos e que, sendo o balanço das capacidades residuais de ainda fazer a guerra depois muitíssimo mais favorável para eles, ser-lhes-á possível, então, submergir e dominar a Europa toda como primeiro passo decisivo para a conquista do mundo, isolado desde logo o principal antagonista em sua transoceânica fortaleza das Américas. Na verdade, uma tal decisão será profundamente ousada e brutal, mas ousado foi também, no quadro menos dramático da guerra não-atômica, o ataque a Pearl Harbour e brutal, o esmagamento impiedoso da resistência húngara pelos tanques comunistas, aos olhos estarecidos do mundo...

Numa guerra atômica irrestrita e geral, o duelo inicial entre os principais contendores, de dimensões aterradoras e duração relativamente curta, concentrará, por certo, os esforços principais de ambos os blocos, embora, ainda mesmo no seu decurso, os comunistas, tirando **partido imediato da desorganização, do caos e do impacto psicológico** criados e beneficiando-se de seu vastíssimo potencial humano organi-



zado para a guerra de conquista, possam iniciar, desde logo, a invasão dos espaços circunvizinhos, na Europa, no Oriente Médio e mesmo na Ásia. Não será também impossível que, com o propósito de intimidação generalizada, ameacem sem tardança, o próprio continente sul-americano, levando a efeito ataques isolados de demonstração com alguns de seus numerosos submarinos, ou, mais provavelmente, incentivando pronunciamentos de seus partidários e simpatizantes, golpes de estado ou mesmo a guerra insurrecional, tudo dentro do plano geral de isolar, desde o início, os EUA e o que ainda possa restar do Ocidente europeu, destruído e transido.

Em todo caso, a guerra atômica irrestrita e geral constitui, não há dúvida, uma parada extremamente arriscada, mesmo para os soviéticos. E não será, pois, de admirar-se que, por interesse próprio e receios da retaliação maciça, ambos os blocos tacitamente decidam limitar o emprego de suas armas de guerra, seja recorrendo ao uso, apenas, do chamado armamento convencional, seja restringindo, ao emprego tático, as armas e engenhos atômicos. Em qualquer dos casos, porém, não se tratará, absolutamente, de uma guerra nos moldes clássicos; o perigo sempre presente de que possa ela, a qualquer momento, degenerar em um conflito atômico irrestrito obrigará a sérias limitações na ação e a graves servidões. Se não atômico, qualquer conflito em que se empenhem as potências nucleares, assumirá forma toda especial — a da “guerra sob condições atômicas”, a que a dispersão maior das forças, alto grau de auto-suficiência dos grupos de combate, a mobilidade e potência acrescidas dos mesmos emprestarão características muito particulares que não cabe aqui analisar.

O que importa, ao contrário, salientar é que, mesmo nesse particular, o Ocidente disporá ainda de muito menor liberdade de ação do que seu temível antagonista: de um lado, pelas dificuldades maiores que terá em tomar qualquer iniciativa de ampliação da guerra ao nível atômico irrestrito; de outro lado, porque não poderá consentir numa guerra geral em que se empreguem apenas as armas clássicas, em face da sua enorme inferioridade em potencial humano e, pois, em número de Grandes Unidades terrestres, para enfrentar a inundação por forças soviéticas numerosas. Somente o emprego de armas e engenhos atômicos táticos permitir-lhe-á compensar as esmagadoras vantagens do número de que se beneficiariam os comunistas.

Assim sendo, uma guerra geral entre o Ocidente e o Oriente, envolvendo, portanto, todas as potências atômicas num conflito em que se joguem, afinal, a sobrevivência e a liberdade de povos inteiros — uma luta pelo domínio ou preservação da Europa Ocidental, por exemplo — poderá, no nível mínimo de violência, limitar-se ao emprego tático das armas atômicas, sob a ameaça, porém, sempre permanente de seu uso estratégico irrestrito. Não discutamos as dificuldades de manter-se uma tal guerra dentro desses limites; de nossa parte, não cremos mesmo na validade garantida de quaisquer técnicas de limitação, em circunstâncias como essas. Acreditamos, sim, em que possam ocorrer de novo, como, em passado recente, no exemplo ilustrativo da Coreia, *guerras limitadas*, até mesmo sem intervenção de armas e engenhos atômicos — quem sabe! — mas a condição, para tanto indispensável, será a de que, para ambos os partidos, os objetivos visados e os riscos envolvidos sejam, por sua própria natureza, limitados também. Se estes assim não o forem, se estiverem em equação questões vitais para um ou para o outro dos antagonistas, potências nucleares ambos, a evolução da guerra atômica limitada para guerra atômica irrestrita ou total será quase certa, será mesmo inevitável, em prazo maior ou menor, conforme decorram, na realidade, os sucessos militares.

Não eliminamos, porém, a eventualidade apontada, apenas lhe pre-  
vemos evolução quase segura — guerra geral entre o Ocidente e o Oriente, limitada quanto ao emprego das armas e dos engenhos atômicos,



mas com manifesta e forte tendência a evoluir, em prazo maior ou menor, para a forma nuclear irrestrita e seu característico duelo atômico; a seguir, prosseguimento da luta, talvez, entre as forças residuais de ambos os contendores. Ora, nessa eventualidade, os perigos nos parecem bem maiores para os povos da América do Sul, porquanto a explosão da guerra, de limitada a irrestrita ou total, poderá vir a ocorrer quando também já tenham estes sido levados a empenhar suas próprias forças no conflito extra-continental, em defesa do Ocidente. E, em tal caso, as represálias dos comunistas assumirão, por certo, muito maior intensidade.

Entretanto, a grande probabilidade de que uma guerra geral, limitada do ponto de vista atômico, degenera, em curto prazo, numa guerra nuclear irrestrita ou total — enquanto reconhecida por ambos os antagonistas — fará com que os riscos nela envolvidos sejam quase iguais ao desta última. Daí a probabilidade, também não muito grande, de sua ocorrência, nesta era de paridade atômica e ampliação paulatina do número de potências nucleares.

E caímos, então, na faixa muito mais extensa das *guerras localizadas* — seja as denominadas “guerras por procuração”, nas quais os contendores principais se acobertam por detrás dos beligerantes efetivos, como a URSS e a China têm insistido em fazer, seja aquelas em que a intervenção dos Grandes se venha a fazer de maneira ostensiva. Ainda nesse particular, dispõe o Ocidente de menor liberdade de ação, pois a URSS e a China podem empenhar facilmente seus satélites, como fizeram na Coreia, e lançar mão das famigeradas “forças de voluntários”, enquanto, na maioria dos casos, os EUA não terão outro remédio senão intervir às claras, com suas próprias forças armadas, pondo em jogo todo o seu prestígio internacional e muitas vezes enfrentando o perigo de dissensões com alguns de seus aliados, menos interessados quando não mais temerosos. Daí a rigidez muito maior da posição do Ocidente e, em particular, dos EUA, em qualquer conflito dessa espécie.

Nessas guerras localizadas, a limitação no emprego das armas atômicas e termonucleares surge, a rigor, como um corolário e nada mais, porquanto os centros de poder de ambos os contendores — os antagonistas principais encapuçados, no caso de guerra por procuração — se acham situados para além da área realmente conflagrada e, pois, o ato capital do conflito atômico irrestrito não terá, verdadeiramente, cabimento. Travar-se-á o conflito, talvez, com armas convencionais apenas; o emprego tático de engenhos atômicos será provavelmente encarado, tanto mais quanto se imponha compensar enorme desproporção de efetivos entre os dois contendores; não será, mesmo, impossível o recurso a ataques nucleares e termonucleares de caráter estratégico, embora sempre circunscritos ao teatro de guerra tacitamente aceito. Neste último caso, teremos o que se poderia denominar um *conflito localizado total* — uma vez que o conceito de guerra total não passa, no fundo, de ser, apenas, um conceito-limite. A tendência de ampliação de uma guerra localizada, de sua generalização, por outro lado, estará, sem dúvida, também sempre presente; mas bem se deve admitir que não venha a efetivar-se, pois, independentemente de quaisquer técnicas, mais ou menos engenhosas, de limitação de tais guerras, com as quais sonham os técnicos norte-americanos, o que, decisivamente, manterá estas em proporções controláveis será o fato de não envolverem interesses vitais nem do Oriente comunista nem do Ocidente democrático, de nenhum dos “Grandes”, quer de um lado, quer do outro.

Objetivos limitados, interesses secundários não compensarão os riscos tremendos de uma generalização e totalização simultâneas da guerra.

Convém observar ainda que essas guerras localizadas, por mais limitadas que sejam, implicam, em si mesmas, num sério desgaste de



fôrças, na manutenção de uma insuportável tensão nervosa — o receio de sua expansão incontrolável, a qualquer momento sobrevinda —, no risco de perda sensível de prestígio; e, pois, constituem, para o bloco comuno-soviético, mais resistente no seu controle ditatorial das populações, uma arma inigualável com que experimentar, ora aqui, ora mais acolá, o dispositivo defensivo mantido pelo Ocidente à custa de uma energia sobre-humana e de inúmeras concessões a aliados exigentes e quase sempre desconfiados, em toda a sua vasta periferia; e pôr à prova, principalmente, a determinação deste para a luta. Demonstrem os ocidentais, por equívoco, por cansaço, por comodismo ou excesso de confiança no futuro, uma passageira fraqueza, pela tibieza ou retardo das respostas, e os comunistas aproveitar-se-ão para dar um passo mais à frente no seu programa obstinado de conquista do mundo, aumentando, ao mesmo tempo, o poder de penetração de sua ideologia mistificadora com o prestígio de novos êxitos alcançados. É a velha estratégia do imperialismo soviético, tão frutuosa que já se evidenciara no processo de satelização levado a cabo na Europa e na Ásia, como já o fora para Hitler nos pródromos da 2ª Guerra Mundial e, tradicionalmente, havia sido para o expansionismo moscovita dos grão-duques e czares — estratégia do salame que se come em rodela fina ou da alcachôfra que, fôlha por fôlha, se degusta.

Não obstante, tais guerras localizadas, por utilíssimas que sejam para o Oriente agressor, só podem ser empreendidas na periferia do próprio domínio comunista e de preferência, por certo, onde haja satélites a encarregar, por procuração, de tentar as defesas ocidentais, e alargar, se possível, a área sob controle vermelho — assim na Coreia e no Vietnã, como também no Tibete e, atualmente, nas Quemói e Matsú.

Outra técnica haveria de ser empregada para atuação mais no interior do sistema defensivo do Ocidente. E, nesse particular, é que a ideologia comunista cumpre seu papel capital de ponta de lança impalpável e insinuante, no mobilizar uma minoria disciplinada e fanática de profissionais da revolução, no criar um ambiente de agitação e tumultos, no aprofundar todas as dissensões e explorar todos os ressentimentos, no insuflar constantemente o ódio em relação ao Ocidente, tudo de modo a promover, na primeira oportunidade favorável, a irrupção, conforme o caso, de um golpe de estado — como no Iraque — ou de uma insurreição de massas — como na Indochina. E aí temos a *guerra subversiva, insurrecional ou social-revolucionária* que possibilita a agressão indireta e mesmo à distância, comandada desde o exterior, apoiada com técnicos da subversão, os intitulados voluntários, armas, dinheiro, propaganda e ameaças de toda natureza, quando não a presença nas imediações dos próprios tanques e aviões soviéticos ou chineses.

As alianças mais estranhas a que nunca se furtam os comunistas, confiantes na cega disciplina de todos os seus partidários, uma dialética hábil que justifica as mais surpreendentes reviravoltas de uma política sinuosa freqüentemente paradoxal, cínico aproveitamento de todos os oportunismos e de todas as ambições e de todas as forças de corrupção e aviltamento facilitam-lhes a tarefa em todos os quadrantes do globo. Nem a América se viu livre dessas tentativas subversivas, como assistimos, não há muito, na Guatemala de Arbenz e na Guiana de Cheddi Jagan. Todas as inquietações e ressentimentos e ódios antigos que transbordam na África secularmente escravizada, no Oriente Médio saqueado, na Indonésia faminta são ativados com destreza e determinação das mais frias, com o fito de provocar a total dissociação das posições ainda mantidas pelo Ocidente em todas aquelas paragens. E, sem dúvida, deve-se ter como certo o recrudesimento dessas guerras subversivas, nas suas diversas variantes mais ou menos virulentas, em todo o mundo ocidental, a partir do momento em que se desencadeie uma guerra lo-



calizada de importância ou, sobretudo, um conflito geral, pois será esse o meio mais hábil, para os comunistas, de quebrar a unidade dos povos do Ocidente, dificultar ou mesmo impedir a intervenção de muitos países, isolando os principais antagonistas.

A guerra subversiva — nesta incluída, por extensão, a técnica do golpe de estado ou do "putsch" subitâneo que se beneficia sempre das indiscutíveis vantagens dos fatos consumados — constitui a fronteira imprecisa entre a guerra propriamente dita, caracterizada pela entrada em ação efetiva das forças armadas, e a "guerra fria", única paz que realmente nos é dado conhecer no mundo conturbado e agônico de nossos dias. Naquela, as forças armadas regulares têm apenas um papel, as mais das vezes, episódico ou, pelo menos, cedem a primazia à ação dos guerrilheiros, dos sabotadores, dos "partisans", de um lado, e à repressão quase de caráter policial, do outro, a menos que o conflito evolua, como tem acontecido freqüentemente, à medida que os insurrectos adquiram firme controle de certas porções do território conflagrado, para a guerra do tipo convencional ou clássico, de proporções reduzidas; as armas atômicas aí não encontrarão, por certo, emprego prático e conveniente. Quanto à última — a chamada "guerra fria" —, nela as forças armadas "em ser" desempenham um papel potencial, empregadas como ameaça permanente do desencadeamento da guerra verdadeira, seja atômica ou não, e participam de demonstrações, de intervenções brancas, de simples ações de policiamento. Mas o esforço, na guerra fria, vem exercido sempre em outros campos, ora no econômico — pelo "dumping", pelo boicote, pela ajuda econômica e financeira, pela assistência técnica, etc. — ora no psico-social — pela propaganda e contrapropaganda incessantes, pela doutrinação, pela exacerbação de ressentimentos e dissensões, pela ameaça e pelo terror — ora ainda no campo propriamente político, através da atuação de partidos simpatizantes, de alianças partidárias de toda ordem, da quinta-coluna sempre ativa, de toda a atividade preparatória dos golpes de estado ou das próprias insurreições. Trata-se, em verdade, de jogo diabólico e hábil oscilando entre o oferecimento de vantagens, de auxílios, de paz e a ameaça de danos, de perigos, da guerra, entre donativos régios e pressões de toda espécie, entre a conquista pela simpatia e a conquista pelo temor — tais as duas faces incessantemente intermutáveis com que se apresenta o agressor, para destruir a vontade de resistir e, por fim, a independência e liberdade da vítima elegida.

Ora, ainda nessa estratégia da guerra fria, o Ocidente luta com desvantagens evidentes: em primeiro lugar, não lhe é tão fácil, como para os senhores da guerra e da paz em Moscou e Pequim, variar bruscamente de atitude, sob pena de desprestígio à face do mundo todo, quebra da boa vontade de neutros, enfraquecimento de alianças duramente conseguidas, restrições à própria unidade de vistas e de propósitos em seu seio; e, em segundo lugar, porque o Ocidente é uma sociedade democrática, aberta à infiltração da propaganda inimiga e que, respeitando a consciência do indivíduo e a dignidade da pessoa humana, não pode reprimir com eficácia a atuação desagregadora da quinta-coluna soviética, dos simpatizantes e teleguiados comunistas.

A liberdade democrática é um valor inestimável para a civilização do Ocidente e renegá-la, em face do agressor totalitário, seria, no fundo, confessar-se *a priori* vencido. Bem sabem disso os comunistas — os primeiros a clamar, nas praças públicas, pelas franquias da democracia mais liberal, enquanto se aprestam para logo sufocá-las, tão pronto alcancem o poder.

A guerra fria — eis aí o quadro verdadeiro da coexistência pacífica com que os comunistas acenam para o Ocidente, em seus trombeteados e falsos apelos de paz, certos de que, em tal ambiente, poderão alcançar, com riscos muito menores, o seu objetivo final de conquista do



mundo. Daí o ponto de vista defendido por George Kennan, quando afirmou: o que ameaça o Ocidente, não é tanto uma agressão militar aberta, quanto uma ação política e militar combinada, "mais política mesmo que militar", visando a tirar partido das fraquezas da civilização ocidental e contando mais com essas fraquezas, para destruir o Ocidente, do que com o poderio das próprias forças soviéticas.

Observemos ainda que a estratégia da guerra fria é, necessariamente, uma estratégia mundial e que, no quadro desta, o bloco comuno-soviético coordena seus esforços em duas grandes áreas distintas: a dos povos não-ocidentais, aos quais busca atrair para a sua órbita, afastando-os de qualquer aliança ou acôrdo com o Ocidente; e a do próprio mundo ocidental onde busca espalhar a cizânia, a desconfiança e o caos, enfraquecendo-o e dissociando-o com a sua pregação anti-americanista, anticapitalista, anticomunista, materialista e demagógica. Estamos pois, na América do Sul, também, sob a cínica ofensiva do comunismo desagregador e perverso.

Resumindo — as ameaças hoje dominantes contra o mundo ocidental abrangem desde essa guerra fria permanente em que já vivemos, até a guerra geral e total, com emprêgo irrestrito das armas e engenhos atômicos e termonucleares, por menos provável que seja esta, afinal. Entre esses dois extremos, o da única paz possível e o da guerra no seu máximo de violência, situam-se, em crescendo, nesse variado contínuo estratégico: a guerra subversiva ou guerra insurrecional, mais ou menos virulenta, mais ou menos prolongada; a guerra localizada, limitada ao emprêgo do armamento convencional ou admitindo a utilização mais ou menos ampla dos engenhos atômicos; a guerra localizada total, atômicamente irrestrita — hipótese evidentemente não muito fácil de verificação efetiva; a guerra geral entre o Ocidente e o Oriente, dificilmente do tipo clássico, quase certamente atômica limitada, mas podendo evoluir, sem grandes óbices, para a guerra geral atômicamente irrestrita. Nessa ampla faixa, o golpe de estado, o "putsch" subitâneo e brutal marca um ponto de transição, se fôr possível, afinal, encontrar algum, entre a guerra e a paz — paz e guerra do mundo de hoje, tão diferente nisto das épocas anteriores da história do Ocidente, para as quais a paz era paz mesmo, a não ser em distantes paragens coloniais onde — seja dito em abono à verdade — o imperialismo colonialista, agressivo e ambicioso, conduzia também suas intermináveis guerras frias e, por vêzes, algo mais.

De tôdas essas ameaças partidas, na atualidade, de um outro imperialismo muito mais brutal e perigoso, não se acha protegida porção alguma do Ocidente, por mais distante que se encontre das linhas de máxima tensão entre os dois mundos em luta, fora do vasto círculo de defesas periféricas, longe mesmo dos dois conjugados de centros de potência que se defrontam — o conjunto EUA — Europa Ocidental e o eixo Moscou — Pequim.

Entretanto, ao que parece, por suas vulnerabilidades específicas e seu reduzido potencial de defesa, como por sua própria posição geopolítica, para os povos desta retaguarda do Ocidente no continente da América do Sul, o perigo é tanto mais premente quanto menos violenta a forma de que se revista — já atual, presente, no caso da guerra fria indiscriminada de hoje, muito mais urgente quanto às variantes subversivas da guerra. A guerra localizada e a guerra geral são espectros muito mais terríveis, em verdade, mas ainda se escondem nos desvãos de um futuro mais ou menos hipotético. Não nos devem fazer esquecer, de forma alguma, os perigos mais imediatos.

(continua no próximo número)



## IV — FRONTEIRAS

### BRASIL — BOLÍVIA

#### "O ACÓRDO DE ROBORÉ" (3ª PARTE)

Major OCTAVIO TOSTA

#### III — MARCO DO JACADIGO

##### A — Histórico

Para a demarcação da fronteira, na bacia do Paraguai, estabelecida pelos parágrafos 1º, 2º e 3º do Tratado de Petrópolis (17 Nov 1903), foram assinadas no Rio de Janeiro (6 Fev 1907) as respectivas Instruções para a Comissão Mista Demarcadora de Limites.

Os trabalhos de demarcação na referida bacia do Paraguai foram efetuados no ano de 1908, "exceto o do levantamento do marco intermédio, colocado ao sul da Serra do Jacadigo, que foi feito em 1909, sendo a Comissão Boliviana representada, nesse último trabalho, pelo respectivo Ajudante, o engenheiro Jorge von Platen Hallermund" (1).

No dia 26 de abril de 1910, o Almirante José Cândido Guillobel apresentou com o Ofício n. 54 ao Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a cópia do termo de levantamento do "marco de Jacadigo", cuja letra é a seguinte:

Anexo ao Ofício n. 54, de 26 de abril de 1910

"Termo de levantamento do marco colocado ao Sul do Morro Jacadigo, na linha de fronteira que vai da Baía Negra ao paralelo 19º02' Sul.

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e nove, sendo Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Doutor Nilo Peçanha, e da República da Bolívia Sua Excelência o Senhor Doutor Eleodoro Villazon, reuniram-se nesta cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso, os seguintes membros da Comissão Mista de Demarcação: Senhores Almirante José Cândido Guillobel, Primeiro Comissário; Engenheiro Henrique Schutel, Ajudante e Segundo-Tenente da Armada Nelson Guillobel, Secretário, por parte do Brasil e Senhor Engenheiro Jorge von Platen Hallermund, por parte da Bolívia, com o fim de lavrar-se a ata de assentamento do marco divisório levantado na linha de fronteira, que vem

(1) Ministério das Relações Exteriores — "Limites do Brasil — Informações Relativas às Comissões Demarcadoras de Limites" — 1913. (Imprensa Nacional, 1918).



do marco colocado a quatro quilômetros do antigo marco do fundo da "Baía Negra" e o marco ocidental do paralelo 19°02' Sul.

Este marco, que tem a forma de uma pirâmide triangular, é construído de chapas de ferro galvanizado e tem três metros e trinta centímetros de altura, tendo em seu vértice uma placa com o dístico — Brasil — para o lado de Leste e — Bolívia — para o lado de Oeste. Assenta sobre uma base de alvenaria de pedra de forma triangular, com vinte e cinco centímetros de alicerce e cinquenta sobre o terreno, estando um de seus vértices sobre a linha de fronteira, e o lado oposto a esse vértice em sentido perpendicular à dita linha. As suas coordenadas geográficas são: latitude: 19° 14' 57",08 Sul, e longitude 14° 42' 53",52 Oeste do Observatório do Rio de Janeiro. Acha-se a 26.262,11 metros do paralelo de 19° 02' Sul.

E para constar, lavrou-se o presente termo, em duplicata, escrito em português e espanhol, o qual, depois de lido e aprovado, foi assinado pelos membros presentes da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de demarcação.

José Cândido Guillobel, Primeiro Comissário, Henrique Schutel, Adjante da Comissão, Nelson Guillobel, Secretário da Comissão, Jorge von Platen Hallermund, Ingeniero de la Comision.

Conforme — Nelson Guillobel, Secretário da Comissão."

O termo de levantamento nunca foi aprovado em ata pelos dois Governos.

Durante as operações da campanha demarcatória de 1953, verificou-se que o marco secundário, construído em 1909, apresentava um deslocamento de 567 metros para leste (v. fig. 2) da sua posição verdadeira sobre a linha geodésica que se desenvolve por 88 km, desde o fundo da Baía Negra ao Paralelo de 19° 02', nas proximidades de Corumbá.

Esse erro na colocação do marco determinava um prejuízo territorial para a Bolívia de 20 quilômetros quadrados.

O Chefe brasileiro da Comissão Mista reconheceu o erro em favor do Brasil; todavia, não concordou com o deslocamento do marco, preferindo submeter esta decisão ao Governo.

Finalmente, as Notas Reversais n. 1 C/R, assinadas em La Paz no dia 29 de março de 1958, estabeleceram no seu Artigo II:

"A Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana procederá à densificação do setor compreendido entre o marco focalizado a quatro quilômetros do antigo marco do fundo da Baía Negra e o marco do Taquaral, situado sobre o Paralelo de 19°02' Sul, dispondo-se a anulação do marco intermediário, denominado Jacadigo, que, em 1909, fôra colocado fora de seu verdadeiro lugar".

#### B — Figuras

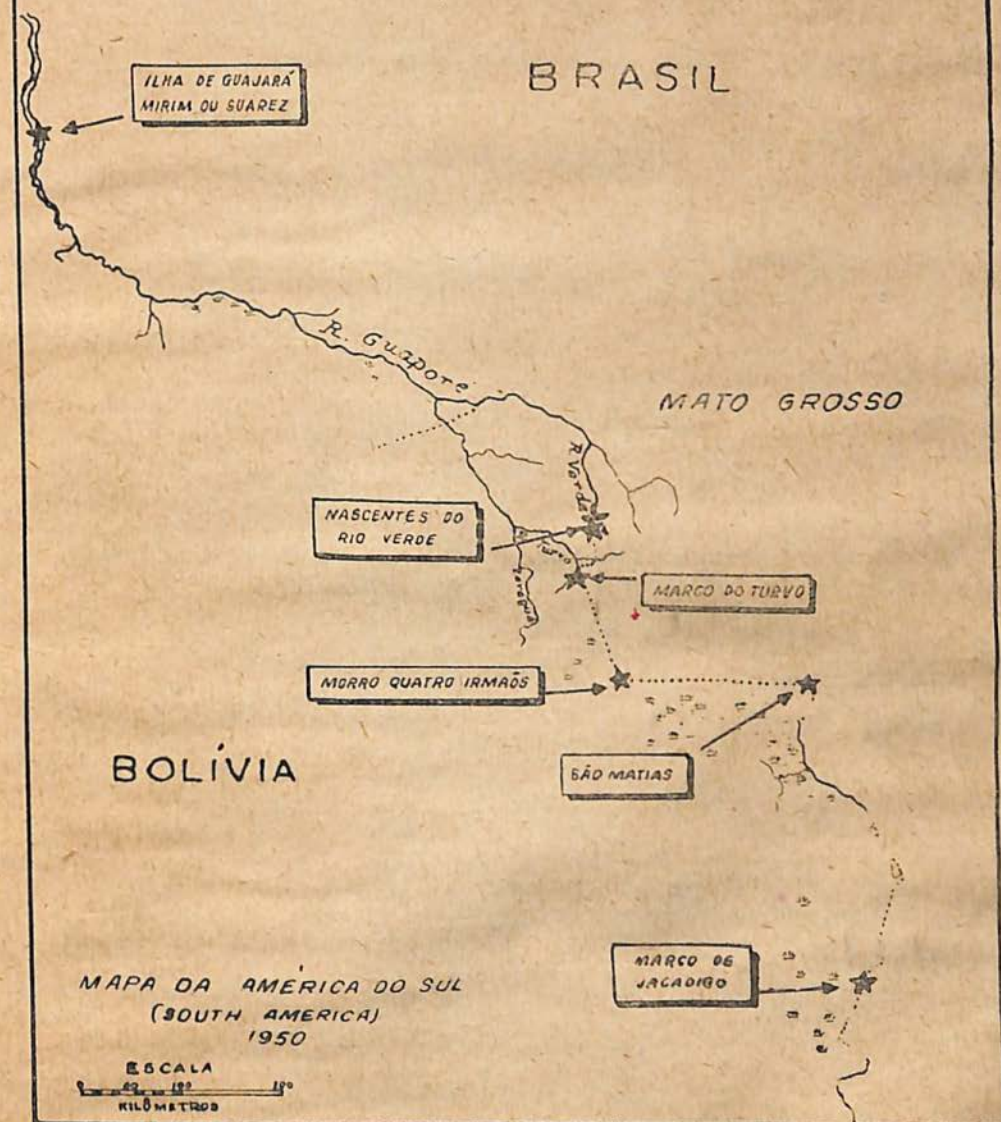
1. "Regiões Litigiosas da Fronteira Brasil-Bolívia consideradas na Nota Reversal n. 1 C/R, de 29-III-58.
2. "Esquema do Trecho da Fronteira Baía Negra — Paralelo 19°02' Sul".

#### C — Sinopse Cronológica

- 1903 (17-XI) — Tratado de Petrópolis.
- 1907 (6-II) — Instruções para a Demarcação.
- 1910 (26-IV) — Termo de Levantamento do Marco.
- 1953 — Verifica-se o deslocamento do Marco para Leste.
- 1958 (29-III) — Fica anulado, pelas Notas Reversais, o Marco de Jacadigo.



REGIÕES LITIGIOSAS DA FRONTEIRA  
BRASIL-BOLÍVIA CONSIDERADAS NA  
NOTA REVERSAL Nº 1 C/R  
DE 29-III-1958



(Figura 1)



## IV — CERRINHO DE S. MATIAS — CORIXA DO DESTACAMENTO

## A — Histórico

A Comissão Mista executadora do Tratado de 1867, durante a Terceira Conferência, realizada no dia 3 de janeiro de 1876, no acampamento da Corixa do Destacamento (Mato Grosso), tratou da fixação de pontos para a colocação dos marcos, bem como da descrição da linha divisória, a partir do marco norte da Lagoa Uberaba.

Tomaram parte na reunião, juntamente com outros representantes dos dois países, o Coronel do Corpo de Engenheiros Bacharel Barão de Maracaju, Comissário brasileiro e o Engenheiro Nacional General D. Juan Mariano Mujia, Comissário boliviano.

Dentre os assuntos tratados na Conferência foi aprovada a seguinte demarcação:

"Que a linha divisória continue do marco norte da Uberaba, pelo meio do canal da Corixa Grande e pelo da Corixa do Destacamento, até sua vertente, na Serra da Borburema, continuando pelo alto desta, até onde nasce a pequena Corixa de São Matias, e por ela até a sua boca, na Corixa Grande, donde se tirará a reta ao Cêro da Boa Vista dos Antigos".

Essa demarcação foi aprovada para salvar a povoação boliviana de São Matias.

A Ata da terceira conferência, posteriormente aprovada pelos dois Governos, designou também a posição do marco de limites na confluência da Corixa de São Matias e a do marco do Cerrinho de São Matias. O primeiro foi inaugurado no dia 13 de dezembro de 1877 e o do Cerrinho de São Matias no dia seguinte (14 Dez 77).

A sétima e última conferência foi realizada no dia 2 de abril de 1878. Estiveram presentes, dentre outros representantes dos dois países, o Major Bacharel Francisco Xavier Lopes de Araújo, 1º Comissário brasileiro, e o Dr. Manoel José Jiménez e Engenheiro Civil D. Juan Birch Minchin, Comissários bolivianos de igual categoria.

A Conferência teve como finalidade a confrontação e assinatura dos dois originais da "Carta Geral da Fronteira" (de 1878), que seriam apresentados aos dois Governos, como documentos finais da demarcação.

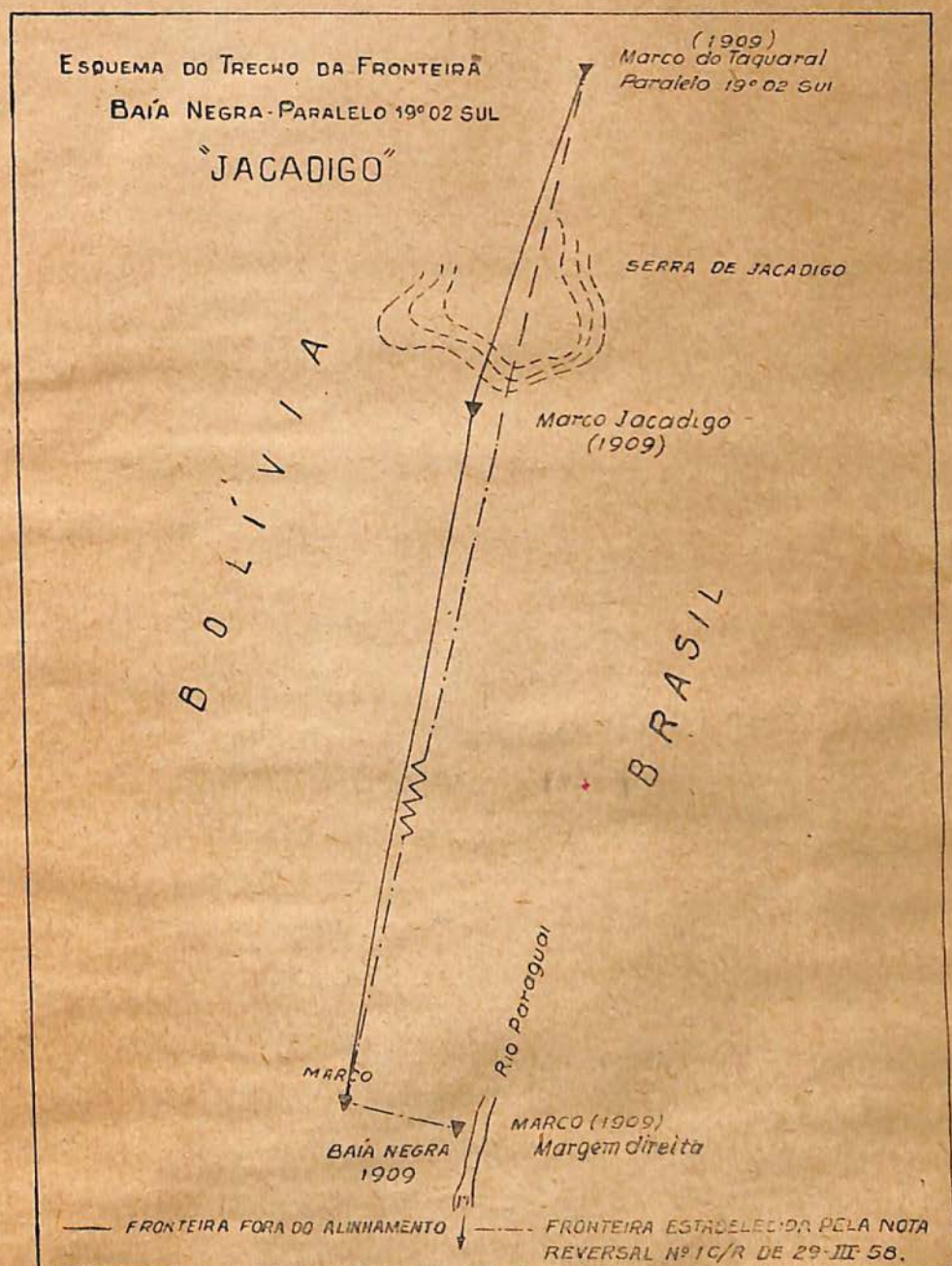
Em vista da carta foi feita a descrição da fronteira. No trecho Cerrinho de São Matias — Corixa do Destacamento, teve o seguinte desenvolvimento, conforme reza a citada Ata:

"Atravessa esta lagoa (Uberaba) por outra reta, que termina em um cerrinho perto da barra da Corixa Grande. Continua pelo leito desta e depois pelo da Corixa do Destacamento, até sua nascente, no extremo Sul da Serra Borburema. Sobe por esta serra, até o Cerrinho de São Matias. Desce deste cerrinho pelo pequeno corixo que nasce em sua base, até encontrar o Corixo de São Matias. Continua por este, até sua confluência com o do Peinado. Segue por uma linha geodésica que vai ao Morro da Boa Vista".

Tanto a Ata da sétima Conferência como a Carta Geral da Fronteira de 1878, foram documentos aprovados pelos dois Governos (2).

(2) A "Carta Geral da Fronteira" está na Mapoteca do Itamaraty.





(Figura 2)



Durante a Campanha Demarcatória de 1951, os representantes brasileiro e boliviano verificaram a *inexistência da Serra Borburema*, mencionada na Ata da 7ª Conferência.

Em face da divergência, cada uma das partes procura dar a interpretação mais favorável ao seu país (v. figs. 3 e 4).

O Comissário boliviano defendeu o limite passando por uma serra que ficava bem para leste no interior do território brasileiro. Tal interpretação redundaria na perda para o Brasil de uns 100 quilômetros quadrados de território.

O Comissário brasileiro argumentou com o traçado da fronteira estabelecido na Carta Geral da Fronteira aprovada em 1878.

Após discussões, os Comissários das duas partes chegaram a uma solução intermediária pela qual o Brasil cederia à Bolívia um excesso de área de 20 km<sup>2</sup> em relação à da Carta Geral da Fronteira. A linha de limites seria deslocada para leste e seguiria por um caminho aberto em território brasileiro, afastando-se, portanto, do traço representado na referida Carta Geral de 1878.

Os trabalhos de demarcação foram realizados pela Comissão Mista, de acordo com a solução adotada e sua descrição consta do Termo de Suspensão dos Trabalhos de Campo, referentes à Campanha de 1951.

O chefe da Comissão brasileira não concordou com a solução e submeteu a questão à consideração do Itamaraty, que não aprovou a demarcação.

Para resolver o impasse foi estabelecido no Artigo III das Notas Reversais n. 1 C/R de 29 de março de 1958 que:

“Fica aprovada a demarcação realizada na campanha de 1951 pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana, no setor Cerrinho de São Matias — Corixa do Destacamento”.

B — Figuras

3. “Trecho da Carta Geral de 1878”.

4. “Esbôço da Fronteira Brasileiro-Boliviana no Trecho de São Matias”.

C — Sinopse Cronológica

1876 (3-I) — É aprovada na 3ª Conferência a demarcação da fronteira no setor São Matias.

1878 (2-IV) — É aprovada na 7ª Conferência a “Carta Geral da Fronteira” e a descrição dos limites.

1879 — Os Governos do Brasil e da Bolívia aprovam a “Carta Geral da Fronteira”.

1951 — Verifica-se a inexistência da Serra Borburema. Após acordo, é feita a demarcação.

1958 (29-III) — É aprovada, pelas Notas Reversais, a demarcação de 1951.

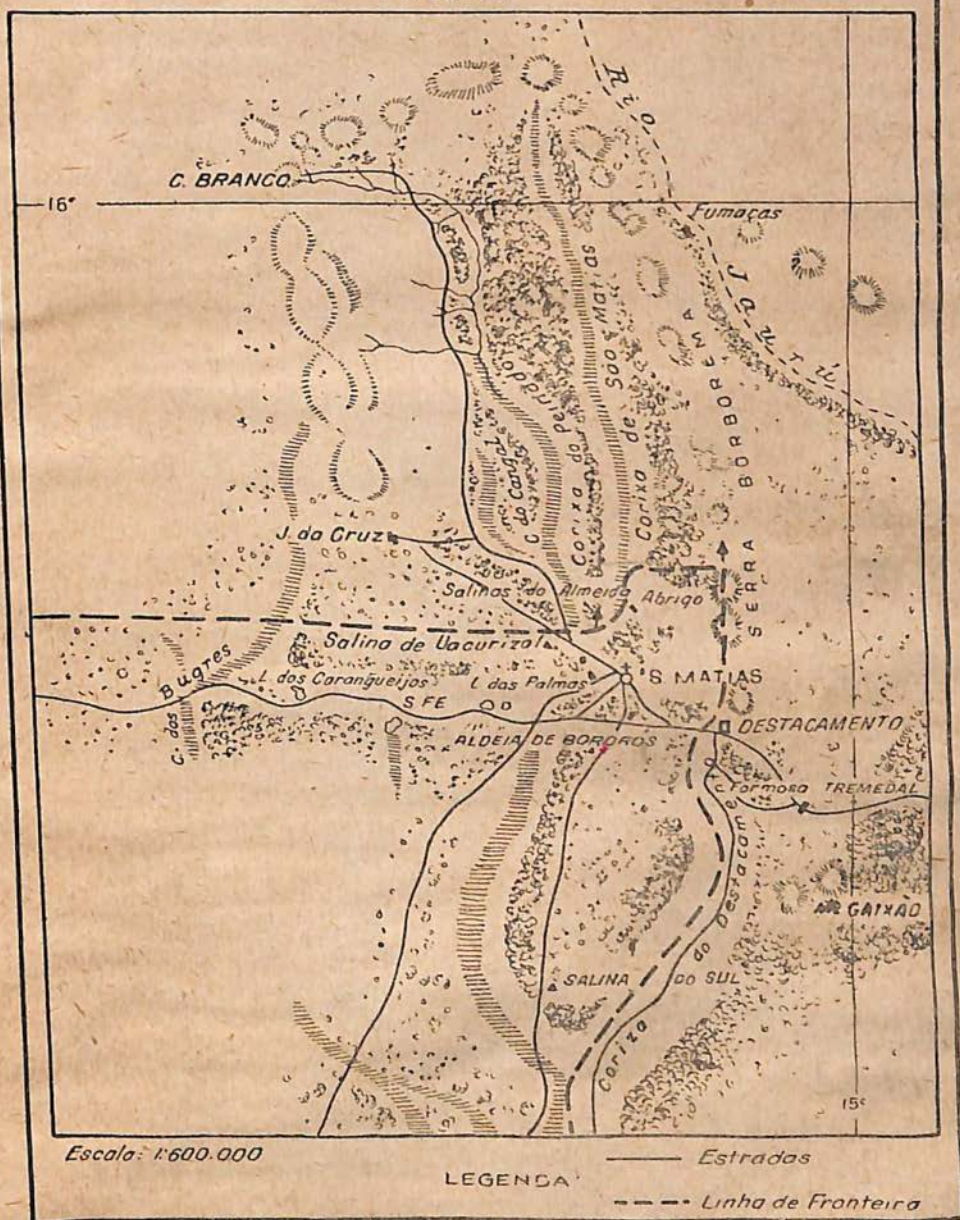
V — ILHA DE GUAJARÁ-MIRIM OU SUAREZ

A — Histórico

A ilha de Guajará-Mirim possui cerca de nove quilômetros de perímetro e uns quatro quilômetros quadrados de área. Está situada ao norte do paralelo de 10°50' (v. fig. 1) entre dois braços do Rio



TRECHO DA CARTA GERAL DE 1878  
(Cópia)



(Figura 3)



Mamoré, que a envolvem e em cujas margens se encontram, respectivamente, as cidades de Guajará-Mirim, brasileira e Guayará-Mirim, boliviana. O solo da ilha é arenoso, coberto de mato e sem elevações, mas apresenta algumas depressões que se inundam em determinadas épocas do ano (v. figs. 6 a 8).

O Tratado de 1867 estabeleceu, no seu Artigo 2º, que a fronteira entre o Brasil e a Bolívia baixaria pelo Rio Verde até a sua confluência com o Guaporé e "pelo meio deste e do Mamoré, até o Beni, onde principia o Rio Madeira".

Portanto, o regime de fronteira estipulado pelo Tratado de 1867 para os rios Guaporé e Mamoré era o da linha mediana.

Durante a sétima e última Conferência da Comissão Mista, executora do referido Tratado de 1867, foram confrontados e assinados os dois originais da "Carta Geral da Fronteira de 1878" (v. fig. 5), na qual uma linha traçada a carimim caracteriza o limite, entre os dois países e inclui a ilha como território pertencente ao Brasil. Pela Carta, foi também atribuída ao Brasil a ilha Saldanha e ficaram consideradas como pertencentes à Bolívia as ilhas Capivara (antiga São Silvestre) e do Mutum.

Embora a Comissão Demarcadora fôsse constituída unicamente por brasileiros, os seus trabalhos foram aceitos pela Comissão boliviana e sancionados pelos dois Governos com as Notas Reversais, de 7 de janeiro de 1879, do Governo brasileiro e com as Notas Reversais de 22 de fevereiro do mesmo ano, do Governo boliviano, que aprovaram a "Carta Geral da Fronteira".

O General Cândido Rondon, antigo Inspetor de Fronteiras do Ministério da Guerra, afirma, no seu "Diário", referente à Campanha de 1929-30 que "o canal maior e mais profundo, que é o primitivo e o principal, está do lado boliviano, segundo o levantamento que acabamos de fazer e a sondagem executada nos canais dos dois braços em 1925, pelo Cônsul brasileiro Dr. Mendonça Lima, para satisfazer os reclamos da população brasileira que protesta contra a ocupação atual por bolivianos com apoio das autoridades de Guayaramirim". (3).

A Comissão Mista, executora do Tratado de 1867, ao descrever a fronteira na Ata da 7ª Conferência, não fez referências às ilhas, dizendo, apenas, que: "Destas cabeceiras (Rio Verde) continuam os limites pelo leito do mesmo rio, até sua confluência com o Guaporé, e depois pelo leito deste e do Mamoré, até sua confluência com o Beni, onde principia o Rio Madeira".

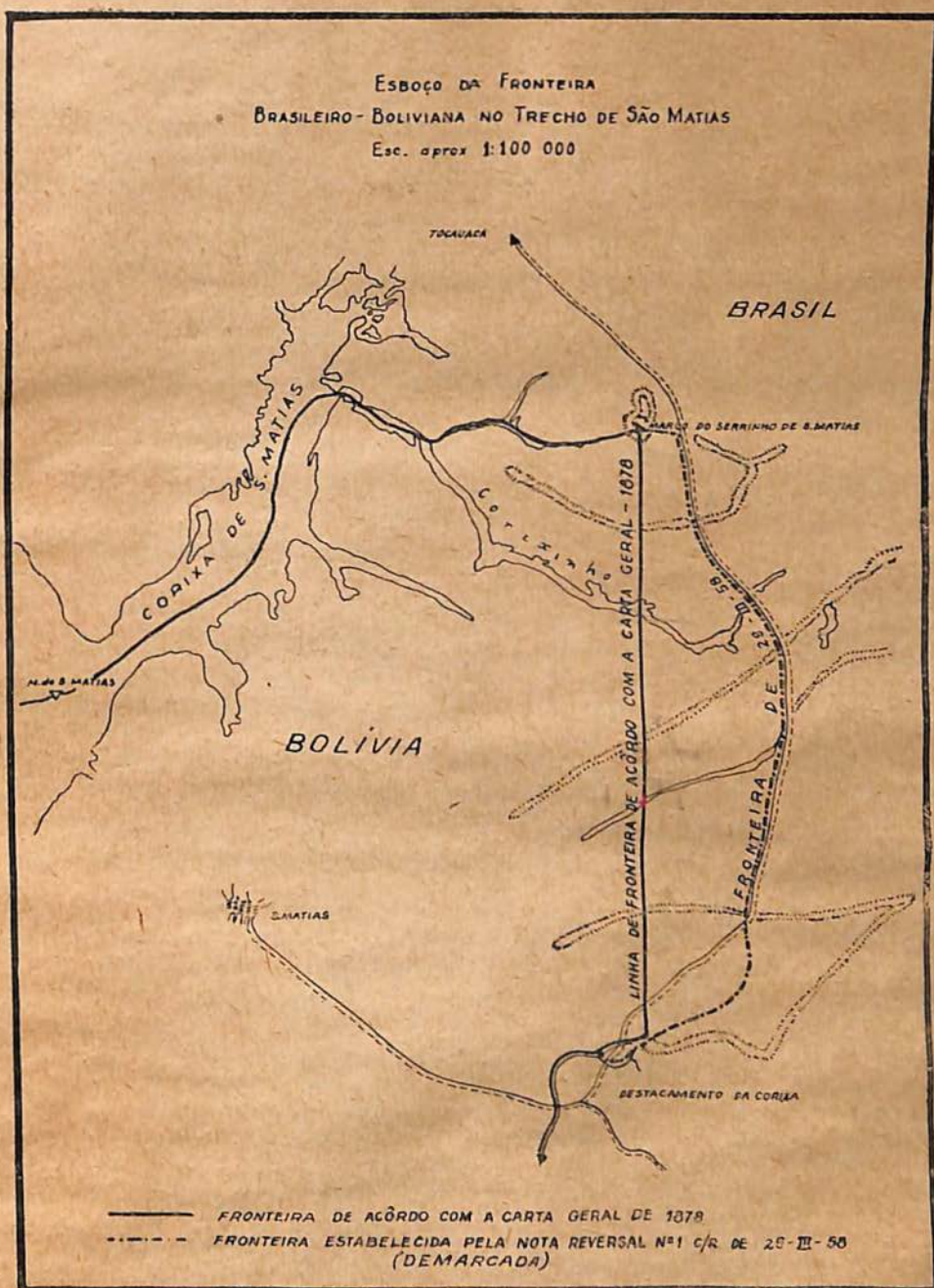
Na "Carta Geral da Fronteira", a ilha de Guajará-Mirim ou Suárez não recebeu nenhum nome.

O então Capitão Lima Figueiredo afirma, no seu trabalho intitulado "Limites do Brasil" que "esta ilha era brasileira e nela habitava uma família mato-grossense que, desejando retirar-se do local, a vendeu a um negociante boliviano. Foi o bastante para o Departamento do Beni considerar a ilha como fazendo parte integrante do território boliviano".

Parece que a ilha foi ocupada pela firma boliviana Suarez Hermanos, em 1896, tendo sido a posse reconhecida pelo Governo boliviano, em 1915.

(3) Rondon — "Diário do Inspetor de Fronteira", Camp. 1929-30 4ª e 5ª etapas, 2º Vol. Pág. 67.





(Figura 4)



Em 1930, o Governo brasileiro apresentou a primeira reclamação tendente a esclarecer a sua soberania sobre a ilha. Em 1937, novo protesto é feito, junto ao país vizinho; dessa vez com o objetivo de evitar que o seu Governo instalasse, na ilha, um leprosário e postos militares. Ainda em 1937 e em anos posteriores, são feitas novas trocas de notas.

Em julho de 1953, foram retiradas da ilha, pela empresa sucessora da firma boliviana Suarez Hermanos, todas as instalações que esta ali mantinha, conservando, porém, o título de propriedade, que lhe foi conferido pelo Governo da Bolívia.

Os habitantes da ilha se resumem a dois ou três brasileiros e oito ou dez bolivianos, que residem em pequenos ranchos, construídos nas margens da ilha. Há pequenas plantações e algumas cabeças de gado pertencentes aos moradores.

Muitas vezes a ilha permanece inteiramente abandonada, pois os seus moradores são atraídos para as cidades (principalmente Guajará-Mirim), a fim de exercerem atividade econômica ou procurarem distração.

Não há pagamento de impostos às autoridades de nenhum dos dois países.

#### B — Paisagem Morfológica

Passemos a palavra a Antonio Teixeira Guerra, reconhecida autoridade no assunto:

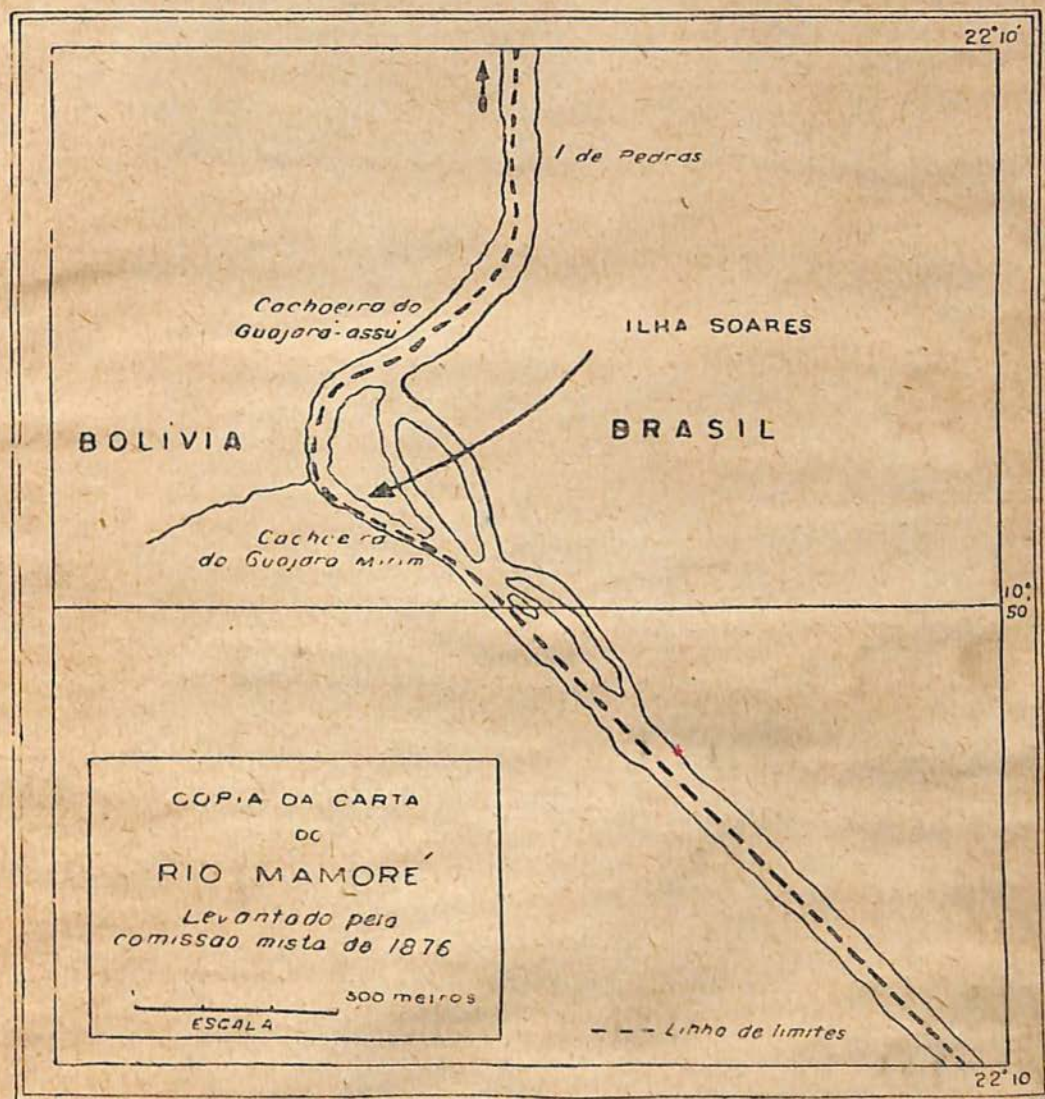
"Analisando a paisagem morfológica da região, onde está situada a ilha Soares, verifica-se que o Rio Mamoré, bem como o seu afluente Guaporé, correm numa calha extremamente larga, permitindo que os mesmos divaguem amplamente e dêem origem ao aparecimento de "sacados" e "crescentes" (\*), os quais são perfeitamente normais em regiões como esta.

Qual teria sido a origem da ilha Soares? Esta pergunta pode ser facilmente respondida. E o general Lima Figueiredo, ao descrever a região, teve oportunidade de dizer o seguinte: "Bem defronte à cidade de Guajará-Mirim apresenta-se a ilha Suarez, cuja posse ambos os países confinantes disputam. Pelo croqui podemos verificar que o canal de este é um furo recente. A tendência até será para um sacado, muito comum em toda a Amazônia" (\*\*). Por conseguinte, o canal de leste é, possivelmente, mais recente, e a ilha Soares foi então produzida pelo sacado. Esta nos parece ser a origem normal desta ilha, tendo em vista a existência do amplo meandro e a natureza do material aluvial. Um pouco a jusante da cidade de Guajará-Mirim, a paisagem morfológica se torna mais complicada, pois no leito do rio Mamoré começam a aparecer afloramentos de rochas mais resistentes à erosão, do que resulta a existência de cachoeiras. Consequentemente, não se deve pensar que o Mamoré corra sempre em terrenos quaternários de origem aluvial, como acontece na região de Guajará-Mirim, onde se encontram as ilhas Soares,

(\*) "Sacado" ou "Out-Off" — denominação dada ao corte feito pela corrente d'água, que abreviou o seu curso. O resultado desse corte é o aparecimento do crescente, que no correr do tempo será completamente entulhado fazendo desaparecer a insua.

(\*\*) J. de Lima Figueiredo "Alguns aspectos fisiográficos do território do Guaporé", In "Revista Brasileira de Geografia", ano VII, abril-junho 1945, n. 2, pp 245/260 (p. 256).





(Figura 5)



Saldanha, etc. Aliás, no próprio mapa (v. fig. 2) da Inspetoria Especial de Fronteiras, vemos a indicação da existência da cachoeira Guajará-Mirim, a qual deve coincidir, possivelmente, com o afloramento de rochas mais resistentes à erosão — rochas do embasamento cristalino.

Após esta explicação, somos levados a levantar a hipótese de que o próprio meandro que aparece em frente à cidade de Guajará-Mirim tenha surgido pelo efeito da barragem causada pelo afloramento de rochas mais duras, as quais exigiram um retardamento maior da erosão.

A tendência normal da evolução da rede hidrográfica nesse local, que ora estamos considerando, será a da colmatagem no canal de oeste e o aprofundamento no de leste".

### C — Conclusões

A. A ilha possui dimensões reduzidas (9 quilômetros de perímetro e uns 400 hectares de área) e não apresenta recursos econômicos de importância.

B. O Tratado de 1867 estabeleceu a *linha mediana* para o regime de fronteira no Rio Mamoré.

C. A Comissão Mista executora do Tratado de 1867 aprovou, na 7ª Conferência (2 Abr 1878), a "Carta Geral da Fronteira", que atribui ao patrimônio territorial brasileiro a ilha de Guajará-Mirim ou Suárez.

D. A citada "Carta Geral da Fronteira" foi, em 1879, aprovada pelos Governos do Brasil e da Bolívia.

E. De acordo com o "Diário" do General Rondon (Inspeção de Fronteiras, Camps 1929-30), a ilha "foi formada pelo furo que se operou na margem brasileira, retificando a curva primitiva que o Mamoré traçou do Sul para Oeste e Norte. O canal maior e mais profundo, que é o primitivo e principal, está do lado boliviano".

F. Antonio Teixeira Guerra, ao estudar a origem da ilha, admite pela paisagem morfológica da região que "o canal de este é um furo recente".

G. O critério do *uti possidetis* é mais favorável aos bolivianos. Todavia, esse critério só pode prevalecer, em questões de fronteira, quando os limites ainda não estão caracterizados em documentos aprovados pelos dois Governos, o que, evidentemente, não ocorre no caso.

As Notas Reversais n. 1 C/R, de 29 de março de 1958, apreciaram no seu Artigo IV a pendência existente na ilha de Guajará-Mirim, determinando que:

"O Governo do Brasil concorda com o Governo da Bolívia em considerar, em outra oportunidade, a questão referente ao *status* jurídico da Ilha de Guajará-Mirim (Isla Suarez).

### D — Figuras

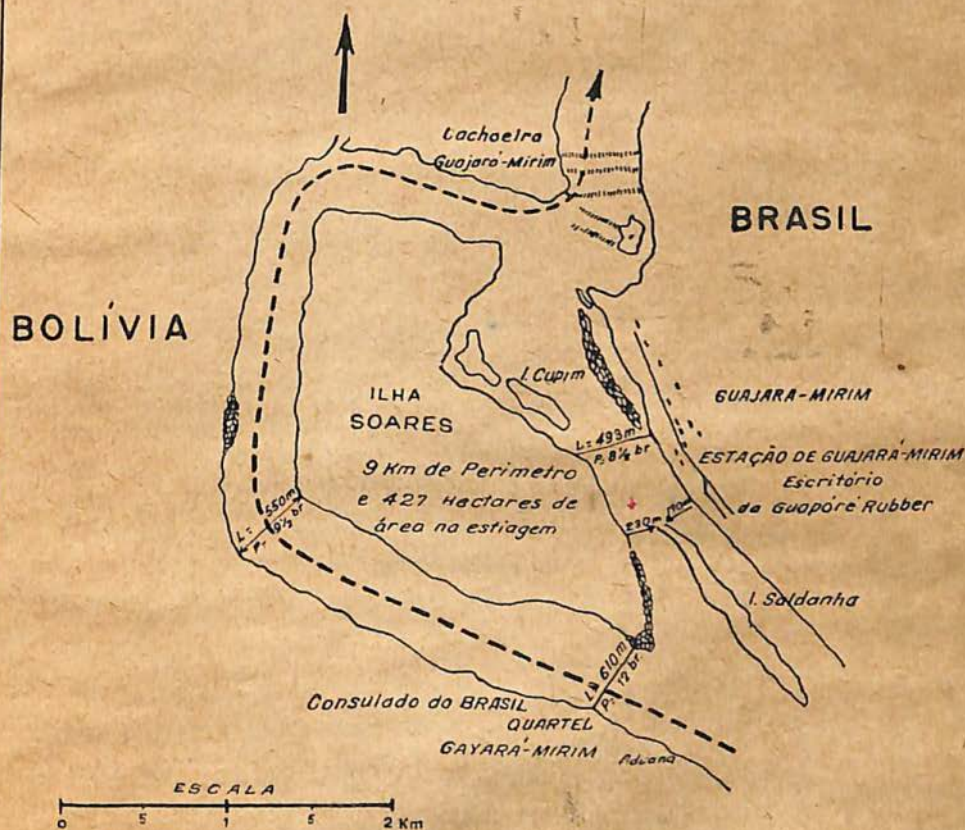
5. "Cópia da Carta do Rio Mamoré"
6. "Croquis da Ilha Soares" (Relatório do Gen Rondon)
7. "Ilha Soares" (Inspetoria de Fronteiras)
8. Fotografia aérea da Ilha Guajará-Mirim.

### 5 — Sinopse Cronológica

- 1867 (27-III) — Tratado de La Paz estabelece *linha mediana* para o Mamoré.



Croquis da Ilha Suárez no  
Rio Mamoré— Cópia do  
Relatório do General  
Candido Rondon— 1929-1930



(Figura 6)



- 1878 (2-IV) — É aprovada na 7ª Conferência a "Carta Geral da Fronteira", que atribui a ilha ao território brasileiro.
- 1879 — Os Governos do Brasil e da Bolívia aprovam a "Carta Geral da Fronteira".
- 1925 — O Cônsul brasileiro de Guajará-Mirim verifica que o canal mais profundo está do lado boliviano.
- 1930 — O Inspetor de Fronteiras do Brasil também verifica que o principal canal está próximo à margem boliviana.
- 1930 — O Governo do Brasil apresenta a primeira reclamação, junto ao Governo da Bolívia.
- 1937 — O Governo do Brasil opõe-se à instalação na ilha de um leprosário e de postos militares bolivianos.
- 1953 — São retiradas da ilha as instalações da firma Suarez Hermanos.
- 1958 (29-III) — Os Governos concordam, pelas Notas Reversais, em discutir, posteriormente, o *status* jurídico da ilha.

#### VI — CONCLUSÕES GERAIS

1. As Notas Reversais n. 1 C/R, de 29 de março de 1958, foram inteiramente favoráveis à Bolívia.
2. Pelo Artigo I das referidas Notas, estão previstas para a Bolívia, áreas já incorporadas ao patrimônio territorial brasileiro.
3. Os Artigos II e III, também favoráveis ao país vizinho, trataram de dois problemas de características essencialmente técnicas, cuja solução estava pendente há vários anos.
4. Finalmente, pelo Artigo IV, ficou acertada uma discussão futura do *status* jurídico da ilha de Guajará-Mirim, o que equivale a admitir, pelo menos, alguma procedência na pretensão boliviana à ilha brasileira.

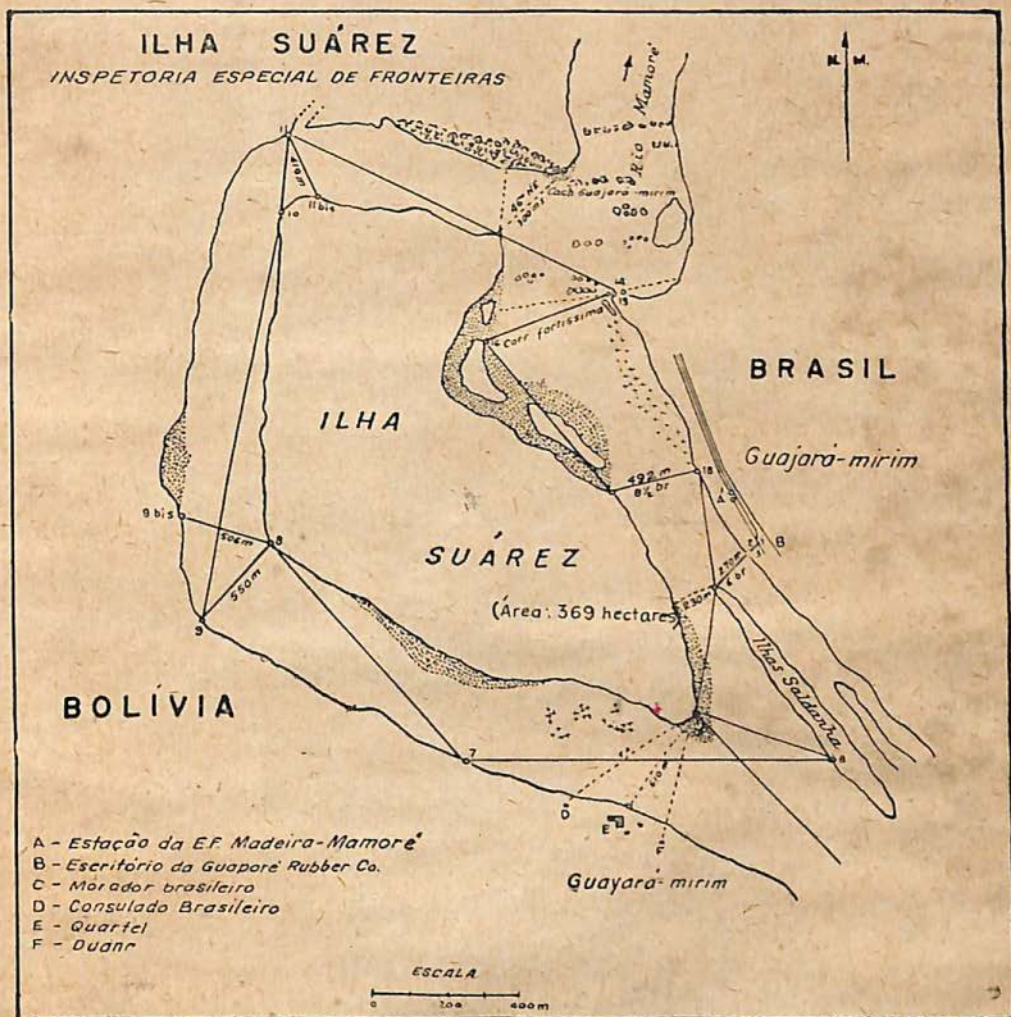
#### VII — FIGURAS E ESTAMPAS

- 1) "Regiões Litigiosas da Fronteira Brasil-Bolívia, consideradas na Nota Reversal n. 1 C/R de 29-III-58".
- 2) "Fronteira Brasil-Bolívia" (Trecho Rio Verde — Quatro Irmãos):
  - a) Tratado de Natal (1928)
  - b) Área considerada nas Notas Reversais de 1958
  - c) Limite estabelecido pelas Notas Reversais de 1958.
- 3) "Fronteira Brasil-Bolívia" (Trecho Rio Verde — Quatro Irmãos):
  - a) Proposta boliviana de 1947
  - b) Notas Reversais de 1958.
- 4) "Fronteira Brasil-Bolívia" (Trecho Rio Verde — Quatro Irmãos):

"Diversas Interpretações do Tratado de 1867"

  - a) Marco de Quatro Irmãos — Marco do Turvo (1877)
  - b) Marco de Quatro Irmãos — Nascente Fawcett (1908)
  - c) Marco de Quatro Irmãos — Nascente Principal (1945)





(Figura 7)



- 5) "Áreas Previstas para a Bolívia pelas Notas Reversais n. 1 C/R de 29-III-1958". (Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas — cópia de trecho).
- 6) "Major Percy Harrison Fawcett".
- 7) "Almirante José Cândido Guillobel".
- 8) "Marco do Turvo".
- 9) "Marco de Quatro Irmãos".
- 10) "Esquema do Trecho da Fronteira Baía Negra — Paralelo 19°02' Sul".
- 11) "Trecho da Carta Geral de 1878".
- 12) "Esbôço da Fronteira Brasileiro-boliviana no Trecho de São Matias".
- 13) "Cópia da Carta do Rio Mamoré".
- 14) "Croquis da Ilha Soares" (Relatório do Gen Rondon).
- 15) "Ilha Soares" (Inspetoria de Fronteiras).
- 16) "Fotografia aérea da Ilha Guajará-Mirim".

### VIII — BIBLIOGRAFIA

- 1) *Comision Cartografica (Ministerio de Guerra y Colonización)*  
1934. *Mapa General de la República de Bolivia, Escala 1:1.000.000* (Sociedad de Ingenieros de Bolivia, Centro de Propaganda y Defensa, Sociedad Geografica de La Paz). La Paz, Bolívia. 1,81m x 1,48.
- 2) *Correia Filho (Virgílio)*  
1945. *A Geografia Como Fator das Vitórias Diplomáticas do Barão do Rio Branco* in Rev. Bras. Geo n. 2 do Ano VII: pp 261-302, 27cm + 10 fig. Rio de Janeiro, Brasil (Conselho Nacional de Geografia, IBGE).
- 3) *Ferreira (Heitor, Ten)*  
1958. *Singelo Estudo Sobre Uma Aresta de Nossa Fronteira com a Bolívia* in A Def. Nac. n. 524: pp 113-119, 23cm + 1 fig. Rio de Janeiro, Brasil (Imprensa do Exército).
- 4) *Guerra (Antonio Teixeira)*  
1954. *Ilha Soares* in Bol. Geogr. n. 122, Ano XII: pp 286-290, 23 cm + 3 fig. Rio de Janeiro, Brasil (Conselho Nacional de Geografia, IBGE).
- 5) *Hermes (J. S. da Fonseca); Basto (Murilo de Miranda)*  
1940. *Limites do Brasil, Descrição Geográfica da Linha Divisória: II* + 135 pp 16 cm + 14 est, 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil (Gráfica Laermmert Limitada).
- 6) *Lara (Rene R. Camacho, Tenl de Ingenieros)*  
1947. *Mapa de La República de Bolivia, Esc. 1: 1.500.000*, La Paz, Bolívia. 1,19 m x 1,04 m ("Editorial Renacimiento", R. Zumelzu y Cia).
- 7) *Lima Figueiredo*  
1936. *Limites do Brasil: II* + 220 pp, 28 cm, 19 fig. + 58 est, 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil. Biblioteca da "A Defesa Nacional" (Casa Editora Henrique Velho).  
1945. *Alguns Aspectos Fisiográficos do Ter. do Guaporé* in Rev. Bras Geo n. 2. Ano VII: pp 245-260, 27 cm, 6 fig. + 9 est. Rio de Janeiro, Brasil (Conselho Nacional de Geografia, IBGE).



8) *Ministério das Relações Exteriores*

1913. *Limites do Brasil — Informações relativas às Comissões Demarcadoras de Limites*: I + 469 pp, 24 cm, 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil (Imprensa Nacional 1918)
1929. *Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores* (2º vol, 1ª Parte, Anexos B e C): IX + 400, pp 24 cm, 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil (Imprensa Nacional).
1958. *Brasil — Bolívia (Atos Internacionais Firmados pelo Brasil e a Bolívia, a 29 de março de 1958, por Ocasião da Visita do chanceler José Carlos de Macedo Soares a La Paz)*: VII + 110 pp, 23 cm, 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil (Departamento de Imprensa Nacional).

9) *O Globo*

1958. (29-I). *Mútuas Vantagens no Acôrdio Brasil-Bolívia* in "O Globo". Rio de Janeiro, Brasil.

10) *Ricardo (Cassiano)*

1954. *O Tratado de Petrópolis*: 461 pp, 23,5 cm + 4 fig., 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil. Edição do Ministério das Relações Exteriores ("Jornal do Comércio", Rodrigues & Cia).

11) *Rio Branco (Obras do Barão)*

1947. *Questões de Limites — Exposição de Motivos (Volume V)*: III + 244 pp, 24 cm + 8 mapas (\*). Edição do Ministério das Relações Exteriores (Imprensa Nacional).

12) *Rodrigues Pereira (Renato Barbosa)*

1945. *O Barão do Rio Branco e o Traçado das Fronteiras do Brasil* in Rev. Bras. Geo. n. 2, Ano VII: pp 187-244, 27 cm + 11 fig. Rio de Janeiro, Brasil (Conselho Nacional de Geografia, IBGE).

13) *Rondon (Cândido Mariano da Silva, Gen Div)*

- 1929-30. *Diário do Inspetor General Rondon, Campanha de 1929-1930 — Original, 4ª e 5ª Etapas, 2º Vol.*: 251 pp, 32 cm + 6 fig. + 36 est (Inspeção de Fronteiras, Ministério da Guerra).
1931. *Alto Guaporé (Fronteira Mato Grosso — Bolívia)* Fôlha n. 9, Esc 1:1.000.000. Rio de Janeiro, Brasil. 0,59 m x 0,46 m (Inspeção de Fronteiras, MG).
1952. *Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas — Fôlha de Cuiabá*, Esc. 1:1.000.000. Rio de Janeiro, Brasil. 0,77 m x 0,73 m (Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, MG, EME).

14) *Viana (Hélio)*

1948. *História das Fronteiras do Brasil*: 333 pp, 24 cm, Rio de Janeiro, Brasil. Edição da Biblioteca Militar (Gráfica Laemert Limitada).

(\*) Relação dos Mapas da fronteira Brasil — Bolívia reproduzidos no volume:

Mapa mostrando a nova fronteira norte entre o Brasil e a Bolívia. 0,24 x 0,42.

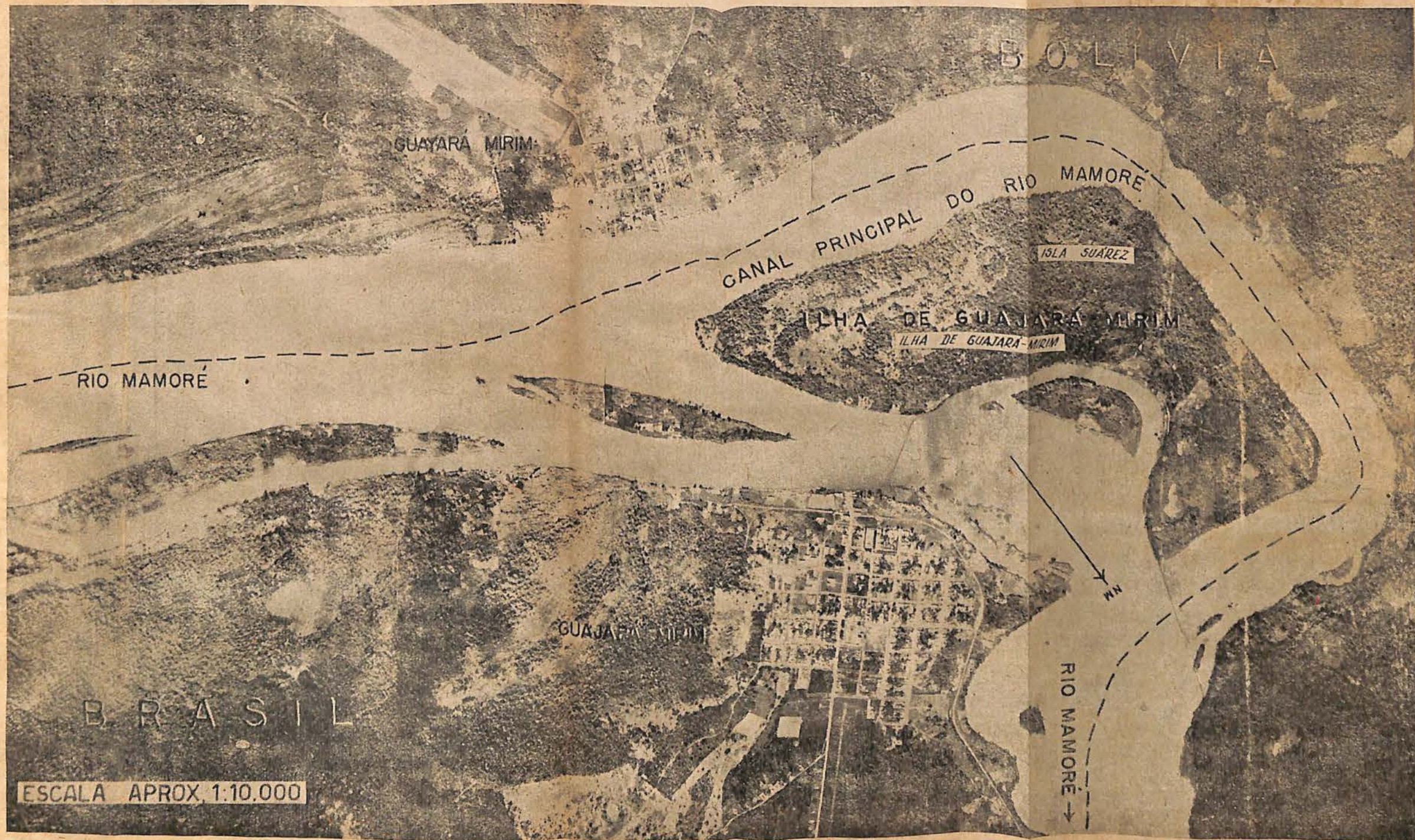
Mapa da fronteira do Brasil com a Bolívia em Mato Grosso. 0,17 x 0,29.

Mapa mostrando os territórios transferidos ao Brasil e à Bolívia e a pretensão peruana. 0,26 x 0,29.



# FRONTEIRA BRASIL — BOLÍVIA

## (ILHA DE GUAJARÁ-MIRIM)



(Figura 3)



## V — ARTIGO ESTRANGEIRO

### COMO DEVEMOS ESTUDAR GEOPOLÍTICA

Por "GEOPOLÍTICO"

(Traduzido da "Revista Militar" do Círculo Militar da República Argentina N. 10-50 pelo Ten HEITOR FERREIRA)

A filosofia da história demonstra, sem dar lugar a dúvidas, que, da mesma forma como se cumpre na natureza aquêle postulado: "nada se perde, tudo se transforma" pode aplicar-se à evolução cultural dos povos.

Com efeito, o estudo dessa evolução nos mostra que quando um povo, ou grupo de povos, entram no período de decadência, ou quando são violentamente arrancados de uma situação de preeminência mundial e deixam de ter pêsno no conceito das nações, suas concepções culturais não desaparecem; pelo contrário, experimentam um grande efeito de dispersão para as zonas periféricas do mundo.

E assim com o correr do tempo, vemos aparecer tais manifestações culturais em povos ou nações longínquas, extraordinariamente distantes, por vèzes dos centros de dispersão daquelas culturas.

Aclaremos nossa idéia com um exemplo. É coisa comprovada que em muitos dos templos pertencentes às civilizações americanas descobertos pelos espanhóis na conquista do novo mundo, foram encontrados restos arquitetônicos de expoentes da cultura assírio-caldéia, muito antes desaparecida.

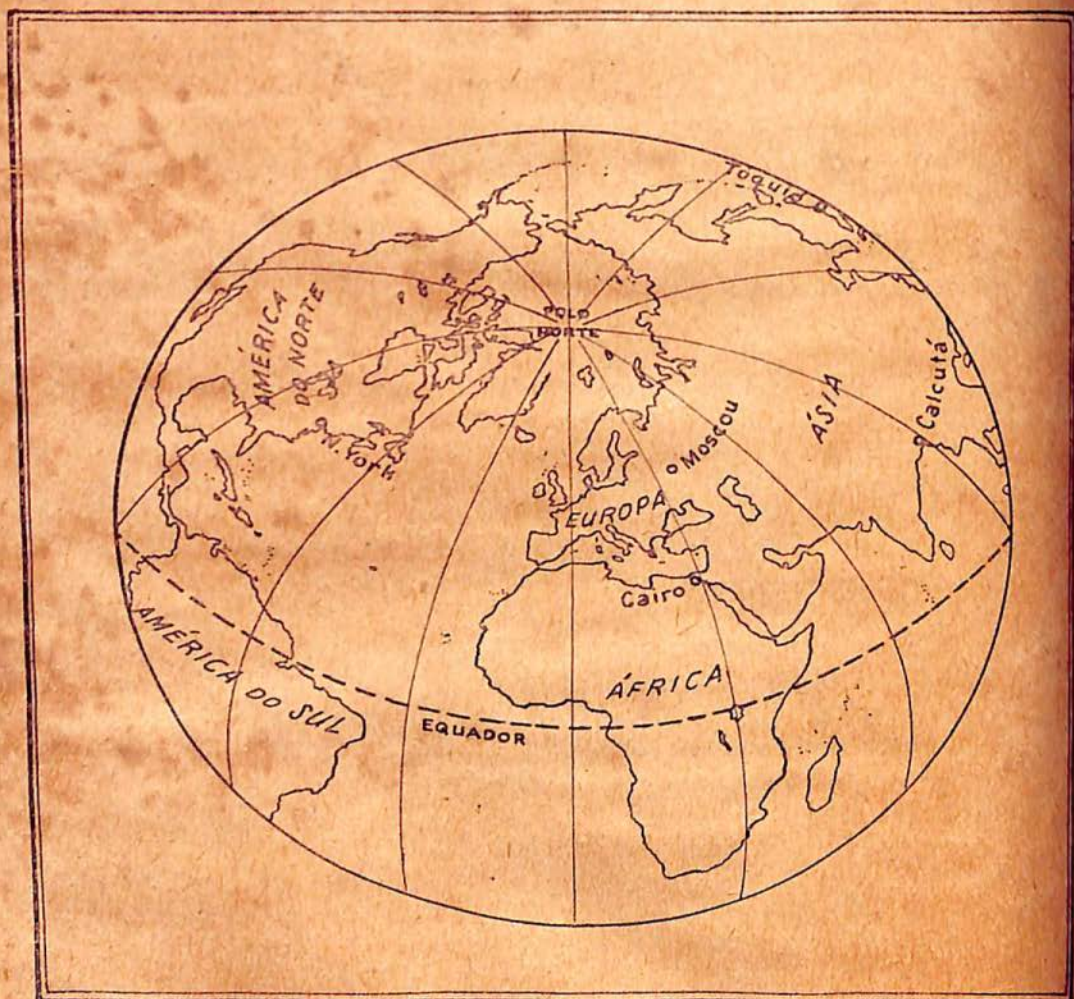
Como explicá-lo? Sem dúvida não se pode pensar num contacto material entre povos tão distantes no tempo e no espaço. O mais perto da verdade pareceria ser que, por diferentes meios, ressábios da cultura assírio-caldéia tenham chegado a tais lugares, processo êsse de lentidão lógica, principalmente por razões de caráter geográfico.

Idêntico processo desenvolveu-se em nossos dias com a geopolítica, ainda que de forma mais rápida devido às condições das atuais vias e meios de comunicações de que dispõe o homem moderno.

Se reconhecemos que foram os cientistas alemães que levaram a Geopolítica à sua aplicação integral na direção do Estado e que podemos, sem incorrer em êrro, considerar a Alemanha como o centro de irradiação de seus princípios fundamentais, concordaremos em que, com respeito a ela cumpriu-se de forma absoluta o que foi dito.



Temos visto como, esmagada a Alemanha em consequência da 2ª Guerra Mundial, a Geopolítica toma corpo de ciência e é reconhecida como necessária e de grande utilidade para o estadista e, em tal sentido começa um estudo da mesma mais profundo do que o realizado até então, em vários países: Rússia, Estados Unidos, Brasil, Chile e Argentina.



Notemos que, de maneira geral, são regiões periféricas em relação ao centro irradiado (Alemanha).

Assim chegamos ao momento atual, em que os pólos do mundo — EE.UU. e Rússia apresentam-se como os mais altos expoentes de uma firme e decisiva Geopolítica, especialmente a segunda, cuja di-



reção de cúpula age baseada em planos geopolíticos de um extraordinário alcance.

Assentado o que dissemos e reconhecida a imperiosa necessidade de estudar Geopolítica para compreender certos processos políticos mundiais e continentais, surge a dúvida: Como estudá-la? Que método seguir?

Antes de mais nada, é indispensável compreender que o geopolítico trabalha num campo que exige o máximo esforço e a mais fina e delicada compreensão dos problemas que se enfrentam. Em consequência tem-se a reconhecer que tais exigências impõem metodologia especial para poder alcançar o êxito.

Se reconhecemos "a priori" que nenhum dos métodos usados pelas ciências fisio-naturais ou fisio-matemáticas é aplicável à Geopolítica, dado que elas baseiam-se em leis ou postulados que não se ajustam à disciplina de que tratamos, é de convir que esta deve ter um método especial concorde com suas características nesse sentido, acreditamos que o método mais conveniente é o chamado histórico.

Consiste no seguinte: "expor todos os fatos conhecidos e as teorias e argumentos que os abonam, reputá-las sucessivamente e substituí-las pelo que parece mais provável".

Explicaremos com um exemplo a aplicação do método que oferecemos, para o qual nos vamos valer da análise do que diz J. Parker Van Zandt em sua "Geografia do Transporte Aéreo Mundial", na qual fixa toda a supremacia do tráfego aéreo ao que ele denomina "hemisfério principal", materializado da seguinte maneira: "finque-se um alfinete num globo, num ponto de superfície da terra ao sudoeste de Nantes (oeste da França).

Com o ponto como centro ou polo, trace-se um círculo a uma distância igual à metade da semi-circunferência da terra" e ter-se-á definido o hemisfério denominado principal pelo enorme aglomerado que possui e pelo fato de reunir 98 por cento da atividade industrial do mundo.

Para Van Zandt de acordo com sua teoria, o resto das nações do mundo estaria numa situação desfavorável para garantir do ponto de vista econômico sua saída aérea de forma a poder competir, com certo êxito, com outros países que dispõem de mais meios e experiência.

Nesse sentido não estamos de acordo com a teoria, por quanto o mencionado autor subestimou o valor econômico da América do Sul, uma vez que suas possibilidades sob esse aspecto já originaram uma intensa corrente de tráfego aéreo nessa parte do mundo considerado por Van Zandt como secundária e não "principal".

Apesar disso, o autor nega as enormes possibilidades que possui nosso país para o desenvolvimento do tráfego aéreo, com o que pensamos de maneira bem diferente.



Nosso arrazoado fortifica-se pelo nascimento de novas nacionalidades na Ásia, Oceania e África com as quais a posição geográfica de nosso país permitiria estabelecer e manter uma extensa corrente de tráfego aéreo.

Faz relativamente pouco tempo que apareceram em publicações oficiais, planos tendentes a materializar o anteriormente exposto, o que retifica nosso conceito.

Ademais, o aumento sempre crescente do nosso potencial econômico, que faz com que o resto do mundo cada vez com maior intensidade ponha em nós os olhos tem-nos permitido, por meio da F.A.M.A. incorporar-nos à torrente circulatória do tráfego aéreo mundial em condições competitivas e projetar nossa rede de linhas aéreas a todos os países americanos num processo de íntima e generosa irmandade.

Como podemos ver, através dessa análise sumária, a teoria de Van Zandt padece de falhas apreciáveis. Por que? Porque em Geopolítica não se podem estabelecer postulados terminantes que a realidade dos fatos e a história podem destruir facilmente.

Em consequência, podemos dizer que embora de momento a densidade de tráfego aéreo mundial seja maior no "hemisfério principal" a evolução notadamente favorável de nosso país e das nações do "hemisfério não principal" permitirá, em prazo mais ou menos curto estabelecer uma condição de paridade entre os dois hemisférios.

Para finalizar este simples trabalho achamos conveniente dizer que a observação geopolítica não pode basear-se na consideração de situações individuais ou unilaterais, e sim que toda a conclusão geopolítica exige previamente uma profunda análise das causas motoras, acontecimentos ou fatores que se consideram de natureza mundial ou continental.

Por outro lado, todo aquêle, que como nós, deseja aprofundar "essa pequena mas enciclopédica ciência" deve ter presentes os requisitos essenciais que, para Haushofer "pai da geopolítica alemã — tem de reunir o "técnico político" por ele assim descritas: "possuir os talentos do bom jornalista e seu agudo sentido noticioso, a instrução do oficial de estado-maior com sua apreciação exata das mais diversas informações e a sóbria erudição do sábio.

Como podemos ver, as exigências são grandes, não obstante, o sacrifício necessário para alcançar a meta esteja amplamente compensado, para uns, em sua capacidade para servir de ajuda ao estadista e, para outros, em poder traçar os planos de uma Geoestratégia que melhor responde aos altos interesses nacionais.



## VI — O LIVRO DO MÊS

Ten-Cel GERALDO MAGARINOS

A GEOGRAFIA NA POLÍTICA EXTERNA — Ten-Cel Jayme Ribeiro da Graça — Biblioteca do Exército, volume 165. Edição de 1951 — 147 páginas e 39 figuras.



Distingue-se na obra do Tenente-Coronel Graça uma parte teórica e outra de aplicação.

Aproveita-se o autor da primeira, para indicar sua posição intermediária entre o determinismo da chamada escola alemã e o possibilismo de Vidal de La Blache, Camille Vallaux e outros. Condenando a geopolítica de Haushofer, compara a Geografia Física à Anatomia, a Geografia Política à Fisiologia e a Geopolítica à Terapêutica, o que vem, desde logo, estabelecer sensível diferença entre Geopolítica e aqueles outros dois ramos da Geografia. Com Kjellén e Backheuser, situa a nova disciplina na esfera da Ciência Política e aceita, deste último, o conceito de que Geopolítica é "Política feita em decorrência das condições geográficas". Não a considera

ciência, todavia, por isso que lhe nega leis, admitindo apenas "tendências dos Estados" ou "política de Estados".

Quer como "Geografia na Política Externa", quer como "Introdução à Geopolítica" (subtítulo do livro), apresenta o trabalho do Tenente-Coronel Graça, em todos os capítulos em que aplica a análise geográfico-política a diversas regiões do globo, uma dominante e quase exclusiva preocupação com a Política de Segurança dos Estados, que outra coisa não é senão Estratégia. De fato, nessas páginas, são abundantes as expressões: campo estratégico, importância estratégica, situação estratégica, pôsto avançado para a defensiva, base de partida para a ofensiva, trampolim para a invasão, base de operações etc. E, como a análise se fundamenta em antagonismos resultantes de fatores geográficos, notadamente o "espaço" e a "posição", pode-se afirmar



que o autor realizou, antes de mais nada, um estudo de Geo-Estratégia. Não vai aqui nenhuma intenção de crítica; desejamos somente focalizar um aspecto que poderia passar despercebido a certos leitores iniciantes nos estudos de Geopolítica, a fim de que não confundam esses dois ramos de conhecimento, seja embora lícito considerar a Geo-Estratégia como a Geopolítica de Segurança dos Estados.

O livro que hoje comentamos oferece leitura suave ao entendimento de especializados e leigos, desenvolvendo-se segundo determinadas características da boa doutrina, que deve presidir em trabalhos dessa natureza: visão global, preocupação com o antagonismo estratégico dominante na época considerada, finalidade pacífica.

Sem dúvida, a obra do Ten-Cel Graça já deve ter despertado em muitos dos nossos leitores militares o desejo de adentrar-se, cada vez mais profundamente, nos domínios dos complexos conhecimentos geográfico-políticos, contribuindo, assim, para a formação de uma elite cultural especializada, capaz de colaborar, quando necessário e oportuno, na solução de importantes problemas nacionais.



“Quando se consideram, em conjunto, os fenômenos econômicos e políticos que se processam em pleno continente Sul-Americano e em seu derredor, tem-se de admitir os dois antagonismos formais que se verificam em seu extenso e variado território, como dos fatores essenciais às modalidades por que manifestam aqueles mesmos fenômenos.

Esses antagonismos se de certo modo separam, como de resto todos os antagonismos, podem traduzir-se conjugados, as verdadeiras forças criadoras do quanto se passa nos domínios políticos e econômicos da atividade sul-americana.

Aliás, essa constatação não vem senão confirmar uma das mais decisivas conclusões da ciência geográfica moderna, em face da qual os antagonismos se revelam como forças homogenizadoras por excelência, se se encaram os aspectos antropogeográficos que encerram.

E isso se torna tanto mais verdadeiro quanto mais se desenvolvem, de uma parte as vias de comunicações e meios de transporte, e, de outra, a riqueza a fazer circular”.

MÁRIO TRAVASSOS

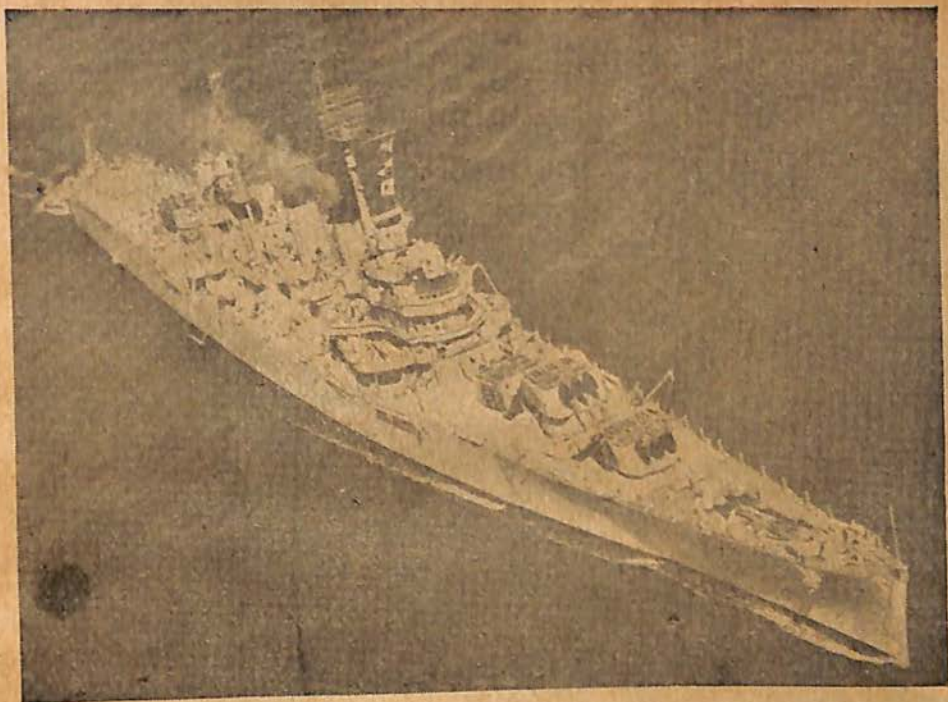
(“Aspectos Geográficos Sul-Americanos”)

---

“Periódicamente a superestrutura dos processos táticos deve ser alterada ou totalmente posta abaixo; porém, os antigos fundamentos da estratégia até hoje permanecem, como se repousassem sobre um rochedo”.

MAHAN





N. 3

Coordenador — Tenente A. BRANDAO DE FREITAS

## NOSSA \* MARINHA

### PRINCIPAIS TIPOS DE NAVIOS DE GUERRA

O núcleo de uma Fôrça Naval moderna, com sua importância demonstrada pela experiência das últimas guerras, é o Navio-Aeródromo, comumente conhecido como porta-aviões. Além da possibilidade de levar os esclarecimentos necessários a grandes distâncias, é ele unidade excelente pela capacidade ofensiva, podendo fazer sentir sua ação destruidora, através os aviões, a centenas de milhas de distância. É, entretanto, frágil em relação a ataques aéreos inimigos, necessitando, por este motivo, de cobertura de outros tipos de navios.

Para que uma Fôrça Naval possa cumprir cabalmente tôdas as missões que lhe forem atribuídas é mister dispor de um ou mais navios aeródromos e, conseqüentemente, de aviação naval.



O Encouraçado, embora tenha perdido o 1º lugar, permanece, graças à sua artilharia de médio e pequeno calibre (com mais de 100



canhões) como um dos melhores suportes antiaéreos das forças de navios aeródromos. Além disso, com a sua artilharia de grosso calibre e couraçamento do costado e do convés, é o navio indicado para o combate com outros da mesma categoria, e também para as operações de bombardeio prolongado contra o litoral.

\*

\* \*

Segue-se o Cruzador que, se por um lado perdeu parte de sua utilidade de antigamente como esclarecedor a grandes distâncias das forças navais, ganhou em virtude de sua versatilidade, novas tarefas de grande importância.

A sua classificação simplificou-se, existindo atualmente as denominações de Ligeiro e Pesado, somente para indicar o calibre dos canhões com os quais são armados, respectivamente menores ou maiores de 152 mm; entretanto, as missões essenciais de ambos os tipos são as mesmas.

Neste período de após-guerra, quando se observa a maior transformação nos armamentos, em virtude da energia nuclear e dos projetis dirigidos, o Cruzador, o "pau para toda obra" naval, conserva e amplia sua posição, sempre pronto a fazer sentir o peso da artilharia contra navios semelhantes; ou a apoiar Contratorpedeiros que ataquem; ou a garantir as operações de Navios-Aeródromos e Encouraçados, defendendo-os contra aviões audazes; ou a bombardear costas hostis; ou a cooperar em ações terrestres ribeirinhas; ou mesmo, seguindo nas águas das Fragatas ancestrais, a esclarecer e cruzar os mares em disputa ou a lançar-se em curso agressivo contra as linhas de comunicações vitais de um adversário.

Existem atualmente diferentes tipos especializados de Cruzadores, destacando-se os Lançadores de Projetis Dirigidos, os Antiaéreos, os Capitânicas de Forças-Tarefas, etc.

\*

\* \*

Os Contratorpedeiros, também conhecidos como destroyers, são navios de alta velocidade, grande mobilidade, tamanho moderado (de 900 a 4.200 toneladas de deslocamento) e seu armamento principal é constituído por tubos de torpedos. O raio de ação e a proteção estrutural são sacrificados em benefício das outras características.

São usados como cobertura contra ataques de navios maiores e contra ataques aéreos; como armas de oportunidade destinam-se a atacar navios inimigos maiores com torpedos e, por outro lado, a repelir ataques de seus semelhantes; são usados também como escolta de combóios e no apoio a operações de desembarque.



Sua eficiência é muito aumentada quando operam em flotilhas, atacando o inimigo simultaneamente de diversas direções. Não dispondo de proteção de couraça nem de muitos compartimentos estanques, defendem-se de navios maiores utilizando sua velocidade e mobilizando sua velocidade e mobilidade ou ainda a cortina de fumaça.

Existem ainda os Contratorpedeiros-Líder e os Contratorpedeiros de Escolta. Os primeiros são os de maior tonelagem, dispondo de acomodações para o Comando da Força e respectivo Estado-Maior em virtude desse tipo de navio ser geralmente agrupado em flotilha e não existir, nos tipos menores, tais acomodações. Além disso, dispõem de maiores recursos em radares e aparelhos de radiocomunicações e também de um conjunto de equipamentos (em sua maioria eletrônicos) por meio dos quais se obtêm, coletam e disseminam as informações necessárias às manobras durante o combate ou ainda ao controle e interceptação de aviões inimigos. Este conjunto é o CIC-Centro de Informações de combate.

O Contratorpedeiro de Escolta é um Contratorpedeiro destinado especialmente à escolha de comboios e ataques a submarinos, relativamente barato, e de fácil construção em grande escala.

É equipado com grande número de bombas de profundidade, armamento de calibre médio, de duplo efeito, composto de canhões de 76 ou 120 mm, armas automáticas e, alguns têm 3 tubos de torpedos.

Em comparação com os demais Contratorpedeiros, eles são menores e sua velocidade é bastante reduzida.



A importância do Submarino na guerra no mar é inversamente proporcional ao seu tamanho. É comum, para um simples submarino, afundar 20 vezes a sua própria tonelagem em mercantes inimigos.

É ele um navio capaz de imergir, podendo operar na superfície do mar ou debaixo dela. Suas qualidades principais são: imergibilidade, armamento (tubos de torpedo) e raio de ação.

Tornando-se praticamente invisível enquanto imerso e podendo avistar os outros navios por meio de periscópio, o submarino é essencialmente uma arma de surpresa, que pode aproximar-se bastante do inimigo para lançar torpedos. Possui grande raio de ação em virtude de poder transportar combustível em seus tanques de lastro.

É muito vulnerável ao tiro de canhão e às bombas de profundidade, e a sua melhor defesa é manter-se invisível.

Operando em águas inimigas, é habitual aos submarinos viajar na superfície durante a noite e imergir, a fim de evitar a detecção, durante o dia.



Os submarinos operam sòzinhos ou em flotilhas e a sua missão é afundar navios inimigos por meio de torpedos; além disso são muito úteis em missões de reconhecimento e observação; no desembarque de "comandos"; na evacuação de civis e feridos; no socorro a aviões, e no bombardeio de portos a fim de obter efeito psicológico e, ainda, no lançamento de minas.

A energia nuclear, já experimentada em submarinos com resultados satisfatórios, tornará êsse tipo de navio muito mais perigoso, por ter aumentado consideravelmente a sua velocidade em imersão e seu raio de ação.

Praticamente os submarinos da atualidade só têm restrições quanto ao reabastecimento de víveres e munições e à resistência física de seus tripulantes.

Existem ainda muitos outros tipos de navios que passaremos sòmente a enumerar:

*Navios varredores* — utilizados para varrer as minas dos canais, passagens estreitas, etc.;

*Navios mineiros* — empregados para semear campos de minas;

*Corvetas e Fragatas* — destinados à patrulha anti-submarino e à escolta de comboios;

*Caça-submarinos* — usados na guerra anti-submarino e na escolta de comboios;

*Lanchas-torpedeiras* — empregadas na patrulha de águas costeiras, podendo atacar com torpedos lançados à curta distância;

*Embarcações de desembarques* — existem de vários tipos e são destinadas ao desembarque de homens, armamentos, veículos e material nas operações anfíbias;

*Navios-auxiliares* — com o seu nome indicando o emprêgo, existem: transportes de tropas, transportes de carga, oficina, hospital, tanques, tênder, balizadores, faroleiros, hidrográficos, rebocadores, etc., etc.



## CONSTRUÇÃO NAVAL

Teve lugar, no mês passado, o início da construção dos estaleiros da Companhia de Indústrias Pesadas Ishikawajima. Trata-se de plano aprovado pelo GEICON e que marca um passo decisivo no restabelecimento desse tipo de indústria entre nós. Depois de ter possuído estaleiros amplos, lançados ainda pelo Barão de Mauá, o fato é que a indústria de construção naval no Brasil desapareceu, transformando-se numa mera indústria de reparação. Durante a última guerra tentou-se restabelecer tão importante setor de trabalho, destacando-se neste particular o esforço do Sr. Henrique Lage. A Marinha de Guerra pôs em marcha suas instalações e realizou alguns trabalhos dignos de mérito. Mas a todos estes empreendimentos faltava sentido econômico. O equipamento havia envelhecido, tornando-se obsoleto. A mão-de-obra especializada não existia no país e faltava o capital, grande e decisivo para empresa dessa ordem.

As instalações da Ishikawajima que vão surgir na Ponta do Caju, ocupando uma área de 338.000 metros quadrados, reunindo interesses financeiros do grupo japonês do mesmo nome, do governo e de grupos privados brasileiros, marcam o renascimento da construção naval no Brasil. País de extenso litoral e de rios navegáveis, tem no transporte sobre água um dos pontos de apoio mais firmes para a circulação da riqueza. Contrastando com essa realidade, praticamente não possuímos marinha mercante. A nossa frota está em grande parte obsoleta, não podendo atender às solicitações crescentes do comércio. Não há padronização de unidades, de tipos, de acordo com portos e serviços. Em consequência, o transporte por mar tornou-se caro, a condição de armador deixou de interessar realmente ao capital privado.

Segundo os planos financeiros do empreendimento, a Ishikawajima investirá no Brasil 8,6 milhões de dólares, dos quais 6.780.000 dólares em máquinas e materiais. O governo brasileiro participa da empresa com o terreno necessário às instalações e mais com a promoção de cursos em cruzeiros.

Receberá o Brasil a cooperação inestimável de técnicos japoneses, dos mais acreditados em todo o mundo no setor da construção naval. Aqui, ela se especializará tendo em vista as necessidades e as condições de operação da marinha mercante brasileira. Irá criar interesse para que surjam outras indústrias, complementares e essenciais ao desenvolvimento da de construção naval. Exigirá maiores quantidades de chapas de aço do parque siderúrgico nacional ou da importação, até que o parque esteja em condições de dar, ao mercado, os suprimentos que sejam solicitados.

É de crer que, dentro dos planos e esquemas estabelecidos pelo GEICON, à semelhança de como procedeu o GEIA, outras iniciativas de igual natureza venham a surgir, notando-se particular interesse, inclusive de grupos holandeses, também portadores de tradição no setor da construção naval.



## SUBMARINO TRITON

O submarino "Triton", que foi recentemente lançado ao mar, está equipado com dois reatores nucleares da General Electric, cada um com capacidade para produzir maior força de propulsão do que qualquer outro conjunto propulsor submarino construído até agora, segundo declarou o Sr. Frederick E. Crever, gerente-geral do Laboratório Knolls de Energia Atômica, em Schenectady, Nova York.

O laboratório é dirigido pela General Electric para a Comissão de Energia Atômica.

O Sr. Crever declarou que o conjunto propulsor do "Triton" tem menos peso por HP produzido do que qualquer outro submarino atômico. Ao mesmo tempo, continuou o Sr. Crever, o "Triton" tem um núcleo mais compacto que o de qualquer outro submarino com reatores resfriados a água.

O "Triton", primeira embarcação construída com reator-duplo, dispõe de núcleos assim compactos porque emprega combustível em forma de fitas retorcidas em vez dos elementos convencionais em forma de chapa.

Espera-se que o combustível, em fitas retorcidas melhore bastante a eficiência de transferência de calor, e reduza o custo de fabricação.

A construção radicalmente nova da unidade celular dos reatores do "Triton" possibilita processos mais rápidos e fáceis de reabastecimento de combustível e proporcionará uma economia equivalente a mais ou menos um submarino extra por ano, em cada 25 do tipo "Triton" postos em serviço durante um longo período de operação.

Durante o reabastecimento, cada célula pode ser removida se-

paradamente, através de uma pequena escotilha no casco do submarino.

Nos outros submarinos nucleares, com exceção do "Seawolf", é preciso cortar uma parte do casco de pressão para ter acesso ao núcleo.

A maior facilidade de reabastecimento do "Triton" significa uma economia de cerca de 4 semanas, em comparação com o tempo normal exigido para abastecer as primeiras embarcações nucleares.

A facilidade de remoção dos diversos elementos do núcleo permite o reabastecimento enquanto o submarino está ancorado no mar, com o auxílio de uma barça, ao passo que os primeiros submarinos nucleares são obrigados a se reabastecerem atracados ao cais, a fim de aproveitar os guindastes mais poderosos que os existentes numa barça.

As unidades celulares permitem flexibilidade de operação, o que possibilita a inserção de células especiais no núcleo para efeito de testes, sem perturbar a operação das demais células do reator. Os elementos combustíveis e as unidades celulares são adaptáveis às técnicas de produção em série.

Na prática, a potência de um só reator é suficiente para propulsionar a embarcação. Os dois reatores funcionariam simultaneamente para obter a máxima potência e eficiência.

O laboratório Knolls, que trabalha atualmente no projeto e construção de um sistema de propulsão com reatores duplos para o primeiro destróier nuclear americano, projetou e construiu o sistema nuclear de propulsão do submarino "Seawolf".